



**DIÁLOGOS  
SOCIOAMBIENTAIS**

**COMUNS, LUTAS E  
PLANEJAMENTO  
TERRITORIAL**



EDITORES DO VOLUME

**MARCELO AVERSA  
VANESSA LUCENA EMPINOTTI**

dezembro  
2024

volume

**07**

número

**20**





## COMUNS, LUTAS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Assista ao lançamento da revista no canal YouTube @DialogosSocioambientais pelo QR code abaixo:



Esta publicação é uma produção do Grupo de Acompanhamento e Estudos de Governança Ambiental (GovAmb), sediado no Instituto de Energia e Ambiente (IEE/USP), e do Laboratório de Planejamento Territorial, sediado na Universidade Federal do ABC. Ela nasceu vinculada ao Projeto Temático FAPESP 2015/03804-9 “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à Variabilidade Climática — MacroAmb”, parte do Programa FAPESP Mudanças Climáticas Globais, coordenado pelo professor Pedro Roberto Jacobi

(IEE/IEA/USP), reunindo docentes da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do ABC (UFABC), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e da Universidade São Judas Tadeu. Com o título “Diálogos Socioambientais na Macrometrópole” foram publicados 12 números. Com o término do projeto temático, o projeto editorial passou a tratar de novos territórios e temas e isso resultou em uma mudança de título. A partir do número 13, a revista passou a se chamar Diálogos Socioambientais.

ACOMPANHE-NOS



#### Editores

Pedro Roberto Jacobi  
Luciana Travassos  
Paulo de Almeida Sinisgalli  
Sandra Momm  
Silvana Zioni  
Andre Pasti

#### Assessoria Editorial

Igor Matheus Santana Chaves  
Lyvia Nascimento Cirqueira Fischer  
Natalia Teixeira Neves  
Marcelo Aversa  
Beatriz Milz  
Valeriana Brotto

#### Editores(a) do volume

Marcelo Aversa  
Vanessa Lucena Empinotti

#### Conselho editorial

Carolina Moutinho Duque De Pinho  
Célio Bermann  
Edmilson Dias De Freitas  
Fernanda Graziella Cardoso  
Gilberto Marcos Antonio Rodrigues  
Klaus Frey  
Leandro Luiz Giatti  
Mariana Mencio  
Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias

#### Diagramação

Marina Rago Moreira

#### Edição

Vol. 07, n. 20  
dezembro/2024

#### Sobre a revista

Publicação Trimestral

ISSN 2596-2183

✉ [jornalismomacroamb@iee.usp.br](mailto:jornalismomacroamb@iee.usp.br)

🔗 <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais>

Attribution-NonCommercial 4.0  
International (CC BY-NC 4.0)



#### REALIZAÇÃO



# SUMÁRIO

## Editorial

- 06 **Um convite para pensar e agir a partir dos comuns**  
Marcelo Aversa e Vanessa Lucena Empinotti
- 11 **Uma pessoa como você nunca morre**  
Denise Gonçalves Paixão

## Conjuntura

- 18 **As dialéticas do comum e o capitalismo mais que tardio**  
Sérgio Amadeu da Silveira
- 22 **A lógica do comum urbano: caminhos para renovação do planejamento territorial no Brasil**  
João Tonucci
- 25 **Comum como política pública em Barcelona: o exemplo do Canòdrom**  
Claudio Luis de Camargo Penteado
- 30 **Comuns do conhecimento e desigualdades: desafios associados a capitalismo de vigilância e IA generativa**  
Miguel Said Vieira
- 34 **Sua cidade, seus dados: resistindo à mercantilização do território e dos dados pessoais**  
André Pasti
- 38 **Comuns, Territórios e Planejamento contra-hegemônico**  
Tatiana Rotondaro

## Jovens pesquisadoras

- 43 **Sobre viver e lutar pela soberania alimentar em São Paulo**  
Leticia Costa de Oliveira Santos
- 48 **O Comum contra a propriedade: uma nova perspectiva para as lutas pela terra**  
Camila Jorge Haddad
- 53 **A memória negra do Quilombo Saracura: lutas pelos comuns frente as práticas de planejamento territorial da cidade de São Paulo**  
Claudia Alexandre, Newton Massafumi Yamato e Marcelo Aversa

## Engajamento

- 60 **Alternativas agroecológicas nos territórios: a construção de comuns e a autonomia das mulheres**  
Natália Lobo e Renata Reis
- 64 **O poder dos laboratórios cidadãos**  
Rodrigo Savazoni
- 69 **Ocupações urbanas e suas práticas cotidianas (commoning) como ação política**  
Julia Azevedo Moretti, Mary Jane Paris Spink, José Agnaldo Gomes e Cris Fernández Andrada

## Artes

- 74 **quilombo saracura**  
Marcelo Aversa

## Entrevista

- 78 **Entrevista com Dra. Iolanda Bianchi da Universidade Autônoma de Barcelona**
- 82 **Entrevista com Luiz Vieira, vereador na Câmara Municipal de Vinhedo**
- 85 **Quem fez esta edição**

## Um convite para pensar e agir a partir dos comuns



Marcelo Aversa



Vanessa Lucena  
Empinotti



Os comuns são um tema chave para discutir não apenas as relações econômicas entre humanos e natureza, mas também questões de justiça social, sustentabilidade, democracia participativa, cultura e movimentos socioambientais. Este é um tema que contribui com o propósito da Revista Diálogos Socioambientais de promover o diálogo entre disciplinas – desde economia, ciência política, direito, ecologia, sociologia e planejamento – e com a sociedade, considerando a multiplicidade de atores e as suas relações com os territórios.

A proposta deste volume também tem por objetivo homenagear nosso querido colega Rodrigo Paixão, que nos deixou em 4 de novembro de 2023, vítima de um câncer. Rodrigo era vereador na cidade de Vinhedo, no estado de São Paulo, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC e um precursor em criar pontes para aplicar os princípios dos comuns nas práticas de planejamento urbano. Seu trabalho de mestrado desenvolvido no PGT/UFABC teve como foco o desafio da consolidação de um comum frente aos regimes de propriedade no município de Vinhedo. No seu doutorado, se propunha a estudar casos de aplicação dos fundamentos dos comuns nas ferramentas e instrumentos de gestão urbana no contexto Espanhol, por meio de uma dupla titulação entre a Universidade Federal ABC no Brasil e a Universidad Autònoma de Barcelona (UAB) na Espanha.

Com carinho e cuidado, além do Editorial elaborado pela companheira de Rodrigo Paixão, Denise Gonçalves Paixão, o volume contém duas entrevistas: uma para registrar a história política de Rodrigo Paixão, com o Vereador Luiz Vieira de Vinhedo, SP; e, outra para apresentar o projeto intelectual de continuidade dos estudos sobre os comuns urbanos, com a Professora Iolanda Bianchi, da UAB, Espanha. É emocionante sentir como o valor de cada palavra destes três registros constroem uma representação do sentido da vida de Rodrigo Paixão. Um ser humano calmo e afetuoso na relação com a sua família e com todos os que o conheceram. Um ser humano sério e firme nos propósitos de defender os bens, serviços, direitos e ecossistemas de interesse coletivo, a partir da vereança em Vinhedo. Um ser humano comprometido com a busca pelo conhecimento, como forma de unidade entre a Ética e a Política, entre a Teoria e a Prática e entre o Pensamento e a Ação.

Esta 20ª Edição da Revista Diálogos Socioambientais, “Comuns, Lutas e Planejamento Territorial”, contempla artigos que abordam os comuns em contextos históricos e contemporâneos, estudos de caso que destacam experiências práticas e reflexões teóricas sobre as implicações políticas, econômicas e culturais das relações comunitárias em modelos propriedade, governança, luta e sobrevivência. O seu conjunto de artigos está situado na perspectiva crítica à economia política dos comuns, no sentido de apresentar e discutir uma variedade de formas de oposição à mercantilização do mundo.

A constituição da sociedade liberal está marcada pela distinção entre o que seja Mercado e o que seja Estado. Muito embora, para pensadores do Estado Absolutista, como Hobbes, já se concebia a dupla função estatal de garantir e proteger bens privados ao Mercado e a de fornecer bens e serviços públicos que o setor privado seja incapaz de satisfazer (Dardot; Laval, 2017)<sup>1</sup>. Ao se compreender os comuns dentro dos próprios limites e pressupostos trágicos do liberalismo e dos neoliberalismos, pode-se cair numa cilada de que nada no mundo pode estar fora do regime de propriedade privada ou pública. Os pastores tenderão a buscar seus próprios interesses, ocasionando a superexploração da natureza, somente se não cooperarem, o que, na formação da subjetividade baseada na concorrência, ocorrerá muito provavelmente. Contudo, como foi demonstrado pelas pesquisas de Elinor Ostrom, há formas de colaboração social em ações coletivas para gerir recursos naturais que estão para além do Estado e do Mercado. A questão, portanto, reside em distinguir as formas de colaboração que estejam situadas estrategicamente em oposição aos mecanismos de poder baseados na competição e concorrência da sociedade neoliberal. Os artigos desta publicação estão colocados estrategicamente nesta disputa, a fim de buscar discutir teorias, conceitos e realidades que abordam aquelas mobilizações sociais cujos laços de pertencimento acontecem, em favor dos comuns, para viabilizar as lutas e para planejar o território.

## CONJUNTURA

O artigo de Sergio Amadeo sobre “as dialéticas do comum e o capitalismo mais que tardio” defende a “criação de experimentos comunais, que demonstrem a viabilidade de modos de vida alternativos ao capitalismo”. Este texto é uma importante contribuição para o debate dos comuns, porque analisa os modos de vida pela perspectiva materialista histórica, ao considerar os experimentos e inventos sociais anticapitalistas de organização do comum como transformações estratégicas que emergem das contradições internas do sistema capitalista.

No mesmo sentido de ir além da regulação estatal e da lógica de mercado, João Tonucci examina o planejamento urbano no Brasil em seu artigo sobre “a lógica do comum urbano”. Para o autor, seja nas formas de gestão da terra como um bem compartilhado, como os “Community Land Trusts”, seja nos movimentos das ocupações urbanas, nas experiências de cooperativas habitacionais e nos mutirões autogeridos, a organização social cria formas de gestão coletiva da moradia em que a comunidade decide seu uso em função do bem-estar coletivo. É neste sentido que o comum urbano oferece alternativas colaborativas para a produção do espaço, promovendo o direito à cidade.

Claudio Penteadó apresenta uma discussão sobre o “Comum como política pública em Barcelona: o exemplo do Canòdrom” e tem por objetivo discutir os comuns urbanos como uma opção de formulação de políticas públicas dentro de uma chave de inovação

---

1. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: Ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

cidadã de valorização da participação. O autor, ao discutir o caso de Canòdrom – Ateneu de Inovação Digital e Democrática, aponta como esta inovação democrática se torna um espaço de agregação de ativistas da cultura digital para o desenvolvimento de soluções digitais voltadas à participação e à cultura cidadã.

Também no contexto digital, Miguel Said Vieira apresenta os avanços da livre circulação de informações no âmbito dos comuns do conhecimento e da cultura, que são assim denominados por estarem relacionados às coisas imateriais cujos autores compartilham livremente, tais como softwares, artigos científicos, músicas, fotografias etc. Contudo, para o autor, em seu artigo “comuns do conhecimento e desigualdades”, a vitória da livre circulação de dados também veio acompanhada pelos desafios associados ao capitalismo de vigilância e a inteligência artificial generativa, uma vez que “a concentração da internet em um pequeno número de plataformas (controladas por megaempresas como Google, Meta e Amazon) e a popularização dos smartphones ampliaram as possibilidades dessa vigilância”.

André Pasti, em seu artigo, “Sua cidade, seus dados: resistindo à mercantilização do território e dos dados pessoais”, discute a tendência de mercantilização dos dados pessoais nas práticas de planejamento e gestão urbana, o que coloca em risco a privacidade dos dados pessoais e a democracia. Para o autor, as tecnologias não são boas nem ruins, muito menos neutras. A “smart city” vem acompanhada de uma proliferação de parafernália de instrumentos de captura massiva de dados. Entre os exemplos, está a operação por empresa privada de sistema de vigilância da cidade de Vinhedo (SP), que possibilitou o uso indevido por integrante da administração municipal, ao abordar Vereador Rodrigo Paixão numa festa, em tom de ameaça, dizendo saber de detalhes dos lugares em que esteve o vereador em um determinado dia. Para coibir estes abusos, as campanhas “Sua Cidade, Seus Dados” e “Seus Dados São Você” promoveram a regulamentação da proteção de dados, sendo a cidade de Vinhedo a primeira a aprovar a legislação em 2018.

Por fim, Tatiana Rotondaro situa o debate teórico sobre “Comuns, Territórios e Planejamento contra-hegemônico”, no sentido de apontar formulações críticas e insurgentes para a agenda de pesquisa de um planejamento territorial contra-hegemônico. Para a autora, a perspectiva crítica ampliou a compreensão sobre os comuns, “tratando-os como um princípio político, como uma práxis que envolve os bens, as pessoas e as relações”. Neste sentido, afirma que os conceitos de “território” e “comum” são conceitos em disputa, razão pela qual um planejamento territorial contra-hegemônico emergiria das comunidades subordinadas que afastem qualquer possibilidade de instituição do comum dentro da tradição liberal dos direitos de propriedade.

## **JOVENS PESQUISADORAS**

Letícia Santos, com o artigo “Sobre viver e lutar pela soberania alimentar em São Paulo e as relações colaborativas”, discute como “viver para lutar” e “lutar para viver” são domínios constituintes da reprodução social e, por sua vez, da organização das lutas urbanas. A autora desenvolve estas relações, a partir de várias experiências pela segurança alimentar, tais como a Horta Comunitária Gera Juncal, o Coletivo Banquetaço, as hortas comunitárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a Cozinha Ocupação 9 de Julho (MSTC - Movimento Sem-teto do Centro) e a Associação dos Agricultores da Zona Leste, que sustentam a sua tese: “a vida é o fim e o meio em função do qual a luta se organiza”.



Camila Jorge Haddad, em seu artigo, “O Comum contra a propriedade: uma nova perspectiva para as lutas pela terra”, enfrenta o desafio de explorar os conceitos sobre os comuns nas produções de Hardt e Negri, Dardot e Laval e Federici, a fim de pensar alternativas emancipatórias à propriedade capitalista da terra, o que, para a autora, significa: “a luta pelo território é, acima de tudo, uma luta contra a lógica de apropriação da natureza e de cercamento da vida e das relações sociais”.

“A memória negra do Quilombo Saracura: lutas pelos comuns frente às práticas de planejamento territorial da cidade de São Paulo” é o artigo elaborado por Claudia Alexandre, Newton Massafumi Yamato e Marcelo Aversa. Os Rios Saracura Mirim e Açú são os pontos de partida e de recomeço da história da urbanização da região do Bixiga, Centro de São Paulo, porque suas águas expressam os trajetos da ocupação de famílias negras, das suas formas de sobrevivência e das suas práticas tradicionais. A autora e autores discutem como as práticas discursivas do “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai” se apresentam conforme um agir comum em defesa do patrimônio cultural negro deste território, o que, nas palavras do próprio movimento, significa: “reparação histórica é direito do povo negro e dever do Estado! Por direito à verdade, à memória e à Justiça”.

## ENGAJAMENTO

O artigo de Natália Lobo e Renata Reis, “Alternativas agroecológicas nos territórios: a construção de comuns e a autonomia das mulheres”, é uma importante contribuição para a reflexão sobre comuns, agroecologia e feminismo. As autoras discutem experiências concretas de resistências agroecológicas em múltiplos territórios, tais como hortas comunitárias e mobilizações em espaços comunitários, em que estão presentes a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Marcha Mundial das Mulheres, por meio de uma educação popular que reafirma “cada território e seus sujeitos políticos como criadores de resistências, lutas e alternativas no processo cotidiano de produzir a vida”.

Rodrigo Savazoni analisa “o poder dos laboratórios cidadãos”, considerando bases teóricas e experiências de laboratórios cidadãos nos Estados Unidos (MIT Media Lab), no Brasil (Rede Mocambos) e na Espanha (Citilab de Cornellà de Llobregat, em Barcelona, e Medialab-Prado, de Madri). De forma consistente, o autor apresenta como, partindo-se de processos organizativos participativos, um laboratório social constrói um bem comum. De maneira que o laboratório cidadão, diferente de uma fábrica de “startups”, é uma incubadora de comunidades em que os comuneros se organizam para desenvolver a inteligência coletiva.

“Ocupações urbanas e suas práticas cotidianas (*commoning*) como ação política” é o artigo elaborado pelos(as) autores(as) Julia Moretti, Mary Spink, José Gomes e Cris Andrada. Neste artigo, é apresentada parte da pesquisa que está em andamento em São Paulo e em Barcelona (Espanha). A pesquisa em São Paulo trata da gestão coletiva ou das práticas cotidianas (*commoning*) na ocupação Oswald de Andrade, situada na região central de São Paulo, onde vivem 120 pessoas, do movimento Frente de Luta por Moradia (FLM). Para os(as) autores(as), ficou evidenciada “a importância de entender as práticas de *commoning* como um processo de coprodução de ideias e práticas de longo prazo, capaz de gerar e sustentar comunidades e comuns”.

## ARTES

O poema visual “quilombo saracura”, de Marcelo Aversa, contempla a sessão artes do volume. É uma escrita antipoética entre a palavra, o som e a imagem, que além de manter a tradição de rompimento com o verso, busca uma representação antipoética dos conflitos cotidianos, por meio de “uma sintaxe não linear e analógica e a inter-relação de códigos verbais e não verbais (verbivocovisual)” (Mendonça, 2023, p. 215)<sup>2</sup>. Neste poema, o risco é imagem e palavra entre a vida e a morte do Rio tamponado.

Este volume visou construir um espaço de exploração e intersecção dos comuns com questões emergentes, como tecnologia e urbanização, e examinar como os comuns estão sendo mobilizados por comunidades periféricas e movimentos populares como ferramentas de resistência e construção de alternativas ao desenvolvimento. Dessa forma, o volume não apenas preenche uma lacuna na literatura, mas cria um panorama dos dilemas contemporâneos de perpetuação da vida no cenário de agravados conflitos territoriais e mudanças ambientais globais.

---

2. MENDONÇA, Julio. A poesia visual e a experiência que não tem nome. In: MENDONÇA, Julio; MANGISFESTA, Claudio (org.). **Poesia visual brasileira e argentina: uma antologia**. São Paulo: Laranja Original, 2023, p. 214-218.



## Uma pessoa como você nunca morre



Denise Gonçalves  
Paixão

Quando recebi a mensagem da professora Vanessa Empinotti para escrever o editorial desta publicação, a emoção invadiu minha mente, senti uma alegria imensa e os olhos já lagrimaram de gratidão. E assim segui ao longo deste texto!

Por mais que eu tenha convivido com o Rodrigo por 12 anos como sua companheira e outros bons anos tendo o Rodrigo como uma fonte de informação (ele atuava em movimentos sociais e políticos e eu era repórter do principal jornal do município onde residíamos: Vinhedo), é muito difícil falar sobre essa figura tão surpreendente, audaciosa e que, como eu costumava me referir a ele, “tem total autonomia sobre a Terra”. Com isso, eu fazia referência ao fato de o Rodrigo ser capaz de conseguir, praticamente, tudo o que estivesse disposto a fazer. E, aparentemente, pouca coisa o surpreenderia entre as muitas histórias do cotidiano.

Paradoxalmente, apesar de nada previsível, alguns conceitos eram facilmente identificáveis nele e balizavam suas atitudes: era humanista ao extremo e isso se refletia em todos os aspectos, inclusive, no tratamento para com seus adversários políticos, e, ao mesmo tempo, era firme em suas falas e atitudes. Sua vida pública foi pautada por uma inegociável predisposição em proteger as camadas menos favorecidas da sociedade. Pessoalmente, era incapaz de comentários pejorativos sobre qualquer pessoa e sempre fora coerente em seu estilo de vida. Era um estudioso contumaz e de uma capacidade fenomenal de retenção do conteúdo, o que o permitia analisar os fatos passados, em analogia aos atuais, com a sabedoria de quem parecia ter estado em épocas ou lugares jamais visitados.

Neste último aspecto, para além da teoria, Rodrigo encontrou na UFABC – Universidade Federal do ABC, especialmente, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território – ao lado da professora Vanessa, de toda a equipe docente, colaboradores da Universidade e colegas discentes, o amparo mais que suficiente para a vida acadêmica que tanto almejou.

Até então, alguns assuntos complexos se apresentavam, para ele, com respostas muito simples. Rodrigo precisava de subsídios, de interdisciplinaridade, carecia de ‘ler’ a sociedade, dar voz à inquietação que o acometia e, para isso, era importante saber, dentre tantas questões, como determinados espaços foram planejados – ou não.



Enfim, o tema dos “Comuns” chegava para ocupar o seu espaço naquele cérebro ávido por entender as transformações históricas, econômicas, ambientais, seus autores, porque estavam ali naquela determinada época, e tantas outras análises, em que ‘não há uma resposta fácil’; frase usada pelo próprio Rodrigo como defesa, sabiamente, quando o momento assim o exigia.

Como não poderia deixar de ser, seus estudos começaram pelo território onde Rodrigo vivia. Assim, desenrolou-se o ano de 2017 e os preparativos para ingressar no Mestrado em Planejamento e Gestão do Território. Ali nascia o livro “Vinhedo: das aldeias indígenas aos condomínios fechados”, publicado pela Editora Horizonte, em 2018.

E como foi importante encontrar a base teórica para expor seus pensamentos sobre os comuns e, de maior grandeza, entregar aos vinhedenses sua verdadeira história, de seus antepassados, sobre a constituição do município que hoje é uma das cidades mais pujantes do interior paulista.

Eu mesma, até então, pautava minhas reportagens – ao longo de 16 anos como repórter em Vinhedo, nas edições impressas sobre o aniversário de emancipação política e administrativa do município – nos relatos das pessoas mais antigas da cidade, que vinham recheados de ‘contos’ de seus avós/bisavós. Nada técnico!

Por sua vez, e fazendo um estudo totalmente inovador, Rodrigo pesquisou as características geomorfológicas, a pré-história, os povos originários, os afrodescendentes, a contextualização da epidemia de febre amarela, o papel da igreja etc. E a Fazenda Cachoeira entremeada a tudo isso com, hipoteticamente, a faca da especulação imobiliária fincada em uma de suas gigantescas árvores. Quando li o livro, não tive outra frase, senão: “Rodrigão, você ‘quebrou tudo!’”

Falar de Vinhedo, do lugar que ele escolheu para ser agente de transformação da sociedade, era passar, para a teoria, a prática vivida na vida pública.

Cabe ainda um parêntese nesta trajetória: mesmo antes de ter um mandato político, Rodrigo foi um dos protagonistas na coleta de assinaturas para formalizar, diante de todo o Brasil, o primeiro projeto de iniciativa popular para a instituição, na cidade de Vinhedo, da Lei da Ficha Limpa Municipal. Para chegar a esse feito, uma grande mobilização popular coletou assinaturas ao longo de 2011. Eleito vereador em 2013, sofreu ataques da oposição, processos judiciais, mas resistiu bravamente.

Uma das pressões que enfrentou foi a tentativa de loteamento da Fazenda Cachoeira, algo que era – e ainda é – anseio de seus proprietários. Embora o local já tenha uma área com um raio de 300 m<sup>2</sup> no entorno da casa-sede tombada pelo Patrimônio Histórico, a especulação imobiliária no local seguiu intensa. Durante a discussão do Plano Diretor do Município, ainda em 2006, a Fazenda Cachoeira passou por seu primeiro embate com a finalidade de ser loteada. Houve mobilização da população na época e o projeto não logrou êxito.

Após a publicação de seu livro, já em 2020, nascia a tese que daria a Rodrigo o tão sonhado título de mestre em Planejamento e Gestão do Território, intitulada: “Desafios para a Consolidação de um comum: o caso da Fazenda Cachoeira, Vinhedo/SP – Brasil”, momento inesquecível em sua trajetória.

Aqui, destaco um trecho da apresentação da tese. Assim, poderemos ‘sentir’ como Rodrigo se expressava, com as palavras dele:

“... Esta dissertação tem como horizonte os desafios para a formação e consolidação dos comuns nas cidades, frente às dinâmicas sociopolíticas expressadas nos regimes de propriedades socialmente reconhecidos. A pesquisa parte da análise e estudo de caso de uma fração do território do município de Vinhedo-SP, visando entender como o comum é constituído e quais fatores e variáveis atuam em contrário. Com base no acúmulo teórico acerca deste tema, será problematizada sua definição contemporânea e os respectivos parâmetros que constituem o fenômeno. O objeto empírico proposto, a Fazenda Cachoeira, é um território com características de um comum não consolidado, constituído historicamente em um espaço híbrido, sendo uma propriedade privada com áreas públicas e bens tombados circunscritos. Por razões e fatores históricos e contemporâneos, parcela importante do antigo latifúndio, de onde se originou o município, suportou as diversas ofensivas de interesses imobiliários, se tornando uma fração do território resistente à mercantilização e a principal área de convivência da cidade. No entanto, mesmo tendo garantias legais, áreas públicas, represas e nascentes que garantem parte do abastecimento de água, e sendo relevante para a cultura, preservação ambiental, turismo, lazer e integração do espaço urbano, ainda pode se tornar um loteamento fechado...”

A classificação em 1º lugar para cursar o doutorado veio na sequência, mesmo já em tratamento da doença e com mais uma campanha eleitoral no caminho. Os trabalhos de doutoramento se iniciaram na UFABC e, em 2022, passaram a ocorrer em cotutela com a Universidad Autònoma de Barcelona (UAB), no IGOP (Instituto de Gobierno y Políticas Publicas). Nesse período, já estávamos em Barcelona para que o Rodrigo também pudesse participar de ensaios clínicos e tratar a metástase do câncer que o acometia. No entanto, não fora possível concluir o Doutorado, pois Rodrigo faleceu em 4 de novembro de 2023, aos 44 anos. Seu corpo foi sepultado no Cemitério de Montjuïc.

Andar, ao lado de alguém que estudava planejamento urbano e tinha uma visão bastante inclusiva, pelas ruas de Barcelona - uma cidade tão rica no assunto - foi um privilégio para mim. Tanto que aqui estou, resisto.

Resisto assim como resiste a Fazenda Cachoeira, em Vinhedo. Ela, ainda não loteada e precisando, cada dia mais, da mobilização da sociedade local, do empenho do Ministério Público, do rigor mais que necessário do Estado, por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), para a preservação de seu rico patrimônio histórico, para a valorização de seu remanescente de Mata Atlântica, para a conservação de seu potencial hídrico e, inclusive, pela memória de sua última moradora, D. Leontina Monteiro de Barros, cuja história daria outro livro.

Essa Fazenda precisa, mais que tudo, do olhar de todos nós. Destaco aqui o trabalho do Movimento Parque Fazenda Cachoeira e de seus participantes e, mais recentemente, também do Movimento Refloresta, essenciais para que a luta continue e para que a tese de Rodrigo perdure como um documento atual.

Nos dias em que, mentalmente, planejei esse editorial, pensei em procurar, na fototeca do meu celular, a data da foto que tirei quando fizemos a matrícula no Mestrado, na Universidade, em Santo André. O objetivo era ter um ‘gancho’ (como se diz no Jornalismo) do assunto ‘quem foi Rodrigo’ para a o tema ‘vida acadêmica’. Aqui uma grande surpresa/coincidência: a data da foto na UFABC é de 8 de fevereiro de 2018, às 11h11.

Exatamente um ano depois, em 8 de fevereiro de 2019, uma sexta-feira, porém, no início da noite, ouvíamos o diagnóstico da doença – adenocarcinoma colorretal metastático – com o médico, na Casa de Saúde, de Campinas, dando o passo a passo da cirurgia que aconteceria no dia seguinte e do tratamento como um todo. Tudo muito imediato, ‘para agora’, como não poderia deixar de ser em se tratando de Rodrigo. Essa foto na UFABC, desde que fora tirada por mim, segue ilustrando as redes sociais do Rodrigo pelo simples motivo de a formação educacional, para ele, vir em primeiro plano.

O ‘gancho’ para escrever este artigo sobre o início de sua vida acadêmica na UFABC, agora está aqui, para que eu, já finalizando, possa relatar que, uma vida pautada pela busca constante de desafios, desprovida de medo e insegurança, não será esquecida.

Quando tivemos de tomar a decisão mais dolorida de todo o ser humano, que é atravessar a “ponte do sempre”, eu disse, olhando nos olhos do Rodrigo e com uma firmeza que não sei ao certo onde encontrei naquele momento: “Rodrigo, uma pessoa como você nunca morre”.

E o Rodrigo vive aqui, neste exato momento, nesta homenagem.

Escrevi o texto em primeira pessoa, porém, jamais conseguiria expressar aqui a gratidão que sinto, todos os dias, de ter tido ao meu lado – e agora em meu coração – uma pessoa que certamente aperfeiçoou, e ainda direciona minha existência, com seus ensinamentos. Peço desculpas pela informalidade do texto em uma publicação acadêmica, porém sinto que não poderia deixar de assim expressar a intensidade de toda essa trajetória.

Ressalto que tudo isso só está sendo possível, pois o S. Geraldo e a D. Maria, pais de Rodrigo, se uniram em um momento de amor e escolheram dar vida a um ser tão iluminado. Os dois, certamente, também foram os grandes responsáveis pela educação e por direcionar Rodrigo aos estudos, para enfrentar as dificuldades de uma família humilde, como muitas do nosso Brasil, acreditando que a educação é a única forma de realizar sonhos, de transformar o mundo para melhor.

Esta publicação materializa um momento inesquecível. Aos que aqui contribuíram com o planejamento deste volume da Revista Diálogos SocioAmbientais, seus textos, estudos, conhecimentos, tempo, diagramação, impressão, a todos e todas, nossos mais fortes agradecimentos.

Neste sentido, estamos certos de que sempre haverá vida e memória para quem faz da carreira acadêmica uma missão.

Obrigada de coração, professora Vanessa.

Assinam:

Maria, mãe; Geraldo, pai; irmãs, irmãos, parentes, amigos e também sinto representar, neste momento, todos e todas que tiveram contato e puderam desfrutar desta energia tão presente do Rodrigo.

Denise Gonçalves Paixão, esposa

Barcelona, Catalunha, Espanha

Outubro/2024







**CON  
JUN  
TURA**

# As dialéticas do comum e o capitalismo mais que tardio



Sérgio Amadeu da  
Silveira\*

**Resumo:** O texto analisa o avanço da extrema-direita em meio a um capitalismo em crise que falha em oferecer perspectivas de futuro. Inspirando-se em Gramsci, destaca que, enquanto o sistema atual agoniza, abre espaço para o surgimento do neofascismo. O texto defende a criação de experimentos comunais, que demonstrem a viabilidade de modos de vida alternativos ao capitalismo, baseados na solidariedade e na produção do comum. Rejeita a ideia de que apenas a tomada do poder estatal destruirá o capitalismo, propondo uma transformação que emerja das contradições internas do sistema, assim como ocorreu com o feudalismo. Enfim, sugere que a construção de novas formas de vida colaborativas e solidárias é crucial para superar o modelo capitalista vigente.

O atual momento histórico é de elevada tensão. A extrema direita mundial avança em todos os continentes como resultado de um efeito contraditório de um capitalismo concentrador que não apresenta nenhuma perspectiva de futuro para as amplas maiorias. Em meio a tragédia, os reacionários se colocam cinicamente como uma força antissistêmica. Avançam pregando a volta a um passado que nunca existiu ou que era fundado na violência de gênero, raça e etnia. Sua estratégia passa pela negação da razão e dos fatos. Sua defesa se sustenta em valores reacionários, pré-iluministas e pela defesa da submissão dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores à força do capitalista mais poderoso. Nesse cenário, a lembrança de Antonio Gramsci é inevitável. O marxista italiano escreveu que nesses momentos em que o novo não consegue se impor, “o velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros”. Bolsonaro, Trump, Milei e outras exemplares do neofascismo emergem e organizam seus exércitos de zumbis para destruir as democracias e impor um sistema político adequado à imposição dos primados neoliberais.

\*Professor de Políticas Públicas da UFABC.

**Palavras-chave:** comum; modos de vida; transformação social.

Essa realidade não é homogênea em todos os países. Reviravoltas acontecem e resistências são construídas. Esse breve texto buscará

apresentar uma reflexão baseada em dois pressupostos: primeiro, as tentativas de defender melhorias gradativas no sistema socioeconômico atual são insuficientes para fazer frente ao reacionarismo antissistêmico; segundo, é preciso construir experimentos comunais que permitam mostrar que a organização do cotidiano pode ser diferente e que sejam a base de uma nova sociedade global. Isso não quer dizer que devemos abandonar as lutas pelos avanços pontuais. Apenas devemos reconhecer sua insuficiência. O que nos falta são ações estruturais de construção de um futuro diferente.

A ideia de que somente a tomada do poder do Estado permite a destruição do capitalismo é cada vez mais questionada pelos fatos. O pensamento histórico e dialético adverte que a nova sociedade irá brotar das contradições e antagonismos do presente, mas o novo se construirá a partir das sínteses do que temos. Ideias brotam da realidade e podem transformá-la, mas para tal precisam se colocar concretamente como possibilidades reais. O choque entre as dinâmicas do capital e os experimentos do futuro são fundamentais para a constituição de novas sínteses sociais.

É verdade que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral”, como relatou Karl Marx na introdução da obra *Para a Crítica da Economia Política*, publicado em janeiro de 1859. Condicionar é delimitar, não é determinar. Por isso, dentro do capitalismo é possível pensar na construção de soluções anticapitalistas. As contradições do sistema, a brutal concentração de riqueza em poder em uma classe e suas frações, abrem espaço para construções de experimentos que visam superar o capitalismo.

O modo de produção e o sistema feudais não foram destruídos por um golpe ou uma única ação de forças políticas revolucionárias. A derrocada do feudalismo foi um longo processo. A própria classe social burguesa se origina nos burgos. Estes eram cidades medievais que foram se proliferando principalmente a partir do século XI. Esse espraiamento se beneficiou de excedentes de alimentos que permitiram o seu abastecimento, o aquecimento do comércio e uma série outros fatores, inclusive as lutas religiosas pelo poder territorial. O termo “burgo” veio do germânico “burg” e significava fortaleza, local fortificado. Foi assimilada pelo latim medieval e como “burgus” para designar os assentamentos em torno de castelos, mosteiros e fortalezas estratégicas para a defesa territorial e para o comércio.

Foi nesse período de expansão e consolidação dos “burgus” na Europa que surgiram os burgueses, a classe de comerciantes e cavaleiros que posteriormente se tornariam os proprietários dos meios de produção no sistema capitalista. O argumento aqui presente é que o sistema capitalista não poderá ser suplantado apenas pela via da política e do Estado. Tal como o feudalismo, o capitalismo também deverá ser corroído por modos de vida que envolvam a produção do comum. Enclaves produtivos, transversais ou não, territorializados ou segmentados, em camadas ou partições, que sejam alternativas aos diversos modos de produção de subjetividades capitalistas, estes baseados no individualismo e no acúmulo incessante de lucros.

Sem organizações do comum que construam uma perspectiva viável e exemplar de se viver não será possível superar o modo de vida capitalista. Há diversas maneiras de se definir um modo de vida. O que fazemos para viver, como vivemos, quais nossas rotinas indispensáveis, como nos relacionamos com os próximos e distantes, os diferentes, os de outra espécie, as maneiras como nos cuidamos e socorremos uns aos outros, como tratamos os territórios que habitamos, enfim, esses procedimentos podem ser definidos como modos de vida. Por exemplo, Jason W. Moore apresenta sua concepção de modo de vida no contexto do capitalismo como um sistema ecológico integrado. “O capitalismo não

é um sistema econômico; não é um sistema social; é uma forma de organizar a natureza” (MOORE, 2015, p. 14). Jason Moore escreveu que “Wall Street é uma forma de organizar a natureza” (2015, p. 36), e, portanto, Wall Street é um modo de organizar a vida em um mundo dominado pelo capital financeiro e pelo neoliberalismo.

Viver em função do acúmulo de capital não implica somente em ter e fazer crescer o capital, mas principalmente em sonhar com o capital, imaginar ser um dia um acumulador de riquezas mesmo quando não passamos de ultra explorados. A força imaginária do capital é gigantesca. A realidade das maiorias não tem sido suficiente para convencê-las de que um sistema social baseado na competitividade permanente e no acúmulo de mercadorias e bens é perverso e ambientalmente insustentável. O modo de vida capitalista é inebriante e cinicamente destruidor.

Como seria viver sem ter como meta a produtividade, a eficiência e o acúmulo de riquezas? Seria possível construir modos de vida baseado na solidariedade? Podemos construir outro modo de produção que não seja baseado na propriedade individual? Seria possível constituir comunidades de bens comuns? As classes pauperizadas são portadores de novas formas de organização da vida? Existem implicações complexas sobre a luta de modos de vida. Um outro modo de organizar o ganho e distribuí-lo para além das cooperativas poderia ser constituído? Essas perguntas são próprias de quem busca superar o modo de produção capitalista. A chave dessa complexidade está na construção de experimentos do comum.

As teorias institucionalistas do comum comprovaram o papel da comunicação e da organização comunal para a gestão de recursos indispensáveis à vida. Os movimentos e comunidades de desenvolvedores em torno do software livre provaram a possibilidade que as práticas colaborativas não voltadas exclusivamente ao lucro podem construir soluções altamente tecnológicas e complexas. Seria possível criarmos espaços comunais de produção que lançassem perspectivas e um futuro não capitalista?

Práticas e invenções sociais podem mudar os rumos da história. Mudar o equilíbrio entre competição e colaboração e tornar a solidariedade o valor mais importante pode fundar novos modos de vida. Quem poderia sustentar tais invenções? Poderia a solidariedade das classes subalternas fundarem arranjos solidários capazes de atrair o imaginário desses extratos sociais? Conseguiria enfrentar a doutrina capitalista, neoliberal e vencê-la em um terreno completamente desigual?

O caminho tradicional de tomada do poder político é insuficiente, mas não descartável. Deixar o Estado apenas para o controle dos capitalistas é um equívoco. Todavia, sem experimentos e inventos sociais anticapitalista e de organização do comum não passaremos de administrados do capitalismo com preocupações sociais. O Estado é complexo e comporta políticas diversas. Em gestões dirigidas por socialistas, ele pode apoiar propostas radicais de construção solidária e de fundamentos de modos de vida comunais que superem a organização social baseada no individualismo.

Em tempos de tecnologias de tratamento simbólico, de economia dataficada que implementa a vigilância e o controle disseminados, de avanço de sistemas automatizados de alto gasto de energia, de concentração gigantesca de poder computacional em oligopólios gigantes, de crescente precarização do trabalho e redução do poder aquisitivo das vastas maiorias das sociedades, o capitalismo parece consolidar as suas tendências mais perversas e reacionárias. Chegou a hora de elaborarmos estratégias de construção das fundações agora da nova sociedade dos comuns.

## Referências

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Cotia: Autonomia Literária, 2020.

GORZ, André. **Imaterial (o)-Conhecimento, Valor.** São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (Vol. 3):** Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

GREIF, Avner. **Institutions and the path to the modern economy: Lessons from medieval trade.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MARX, Karl; FERNANDES, Florestan. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins fontes, 1983.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital.** Londres e Nova Iorque: Verso Books, 2015.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action.** Cambridge: Cambridge University press, 1990.

PIRENNE, Henri. **Medieval Cities: Their Origins and the Revival of Trade-Updated Edition.** Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2014.



# A lógica do comum urbano: caminhos para renovação do planejamento territorial no Brasil



João Tonucci\*

**Resumo:** O artigo examina o planejamento urbano no Brasil, para além da regulação estatal e da lógica do mercado, frente a desafios como a desigualdade socioespacial, a especulação imobiliária e a crise ecológica. Propõe a perspectiva do comum, que defende a desmercantilização e a gestão coletiva dos recursos, incluindo terra, moradia e mobilidade. Exemplos como ocupações por moradia, cooperativas habitacionais e parcerias público-comunitárias ilustram essa abordagem. O artigo sugere que o comum oferece alternativas colaborativas para a produção do espaço urbano, promovendo o direito à cidade.

O planejamento territorial no Brasil tem, historicamente, oscilado entre a lógica do mercado e a regulação estatal. Entretanto, diante dos desafios contemporâneos – como a desigualdade socioespacial, a especulação imobiliária e a crise ecológica – torna-se urgente repensar essas formas mais arraigadas e convencionais de gestão do território. A perspectiva da Reforma Urbana, consolidada na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade, trouxe avanços importantes, como o reconhecimento da função social da propriedade e a criação de instrumentos de controle do uso do solo. No entanto, o modelo regulado pelo Estado mostrou limitações ao não conseguir impedir a captura do planejamento urbano por interesses privados e a manutenção da lógica de mercantilização da cidade (Arantes, 2013). A burocracia, a falta de recursos e a pressão do capital dificultam a implementação de políticas públicas radicalmente inclusivas, democráticas e ecológicas.

Uma perspectiva que tem ganhado relevância, embora ainda esteja longe de ser plenamente incorporada, é a do comum, que propõe uma lógica de desmercantilização do espaço urbano. Esse enfoque visa a construção de formas de produção e gestão dos recursos que não dependem exclusivamente do Estado ou do mercado, mas que são organizadas coletiva por atores sociais e comunitários (Tonucci; Cruz, 2019)

\*Professor de Planejamento Regional da UFMG.

**Palavras-chave:** planejamento; reforma urbana; comum urbano; direito à cidade.

A questão fundiária é um dos principais pilares do planejamento territorial. No Brasil, o acesso à terra nas cidades tem sido mediado, em grande parte, pela propriedade privada e pelas políticas estatais, o que historicamente favorece a concentração fundiária e a exclusão de grande parte da população. A perspectiva do comum questiona essa estrutura de poder, propondo formas coletivas de gestão fundiária, onde a terra é gerida como um bem compartilhado, e não como uma mercadoria. Destacam-se experiências como os *Community Land Trusts*, em que o solo permanece fora da especulação imobiliária e a comunidade decide seu uso em função do bem-estar coletivo (Ribeiro, 2020).

A moradia também tem sido tratada como casa-própria individual, acessível apenas aos que podem pagar ou que se enquadram em programas estatais específicos. O movimento das ocupações urbanas por moradia é um exemplo emblemático de como populações vulneráveis têm se organizado coletivamente para reivindicar o direito à moradia digna e o cumprimento da função social da propriedade, desafiando a lógica de especulação imobiliária. Assim como as ocupações, experiências de cooperativas habitacionais e mutirões autogeridos também criam formas de gestão coletiva da moradia (Lima, 2023).

O comum no contexto urbano reflete-se ainda na gestão cooperativa de espaços públicos, como praças e parques, onde as comunidades atuam como gestoras desses recursos de forma inclusiva. Parcerias público-comunitárias são fundamentais para que o Estado e a sociedade civil colaborem na gestão territorial, permitindo que moradores participem ativamente na execução de projetos. Exemplos incluem hortas comunitárias e quintais compartilhados, que promovem a agroecologia e segurança alimentar, além de programas de regularização fundiária participativa, visando urbanização plena e segurança de posse coletiva. A desmercantilização também pode abranger a mobilidade urbana, com iniciativas como modos compartilhados de mobilidade ativa e o transporte público gratuito. A economia popular e solidária, por sua vez, valoriza formas de trabalho coletivo, autogestão e cooperação, rompendo com a lógica excludente do mercado.

A incorporação da perspectiva do comum no planejamento territorial brasileiro deve ser vista como uma agenda propositiva, que vai além da simples crítica ao modelo atual. Trata-se de construir novos horizontes para a gestão fundiária e a produção do espaço urbano, nos quais a comunidade não é apenas consultada, mas protagonista. Esse modelo não rejeita completamente o papel do Estado ou do mercado, mas propõe formas híbridas e colaborativas, onde o foco é o bem comum e o fortalecimento de laços comunitários. Ao olhar para o comum como uma alternativa viável, começamos a desenhar cidades que não são apenas reguladas pelo poder centralizado do Estado ou controladas pela lógica especulativa do mercado, mas que se constroem a partir da cooperação e da gestão coletiva. É um convite para repensar nosso modelo de urbanização excludente e destrutivo e, sobretudo, para imaginar um futuro em que o direito a uma cidade de todos se realize.

## Referências

ARANTES, P. F. Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. **Correio da Cidadania**, 2013.

LIMA, P. H. B. M. **Um inventário de experiências urbanas de moradia em propriedade coletiva e autogestão na América Latina hoje**. Anais do XX Enanpur. **Anais...**Belém: Anpur, 2023.

RIBEIRO, T. F. Os “Community Land Trusts”: potencialidades e desafios de sua implementação nas cidades brasileiras. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 1, 2020.

TONUCCI, J.; CRUZ, M. D. M. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 3, p. 487, 19 jul. 2019.





# Comum como política pública em Barcelona: o exemplo do Canòdrom



Claudio Luis de Camargo Penteadó\*

**Resumo:** O artigo tem por objetivo discutir os comuns urbanos como uma opção de formulação de políticas públicas dentro de uma chave de inovação cidadã de valorização da participação, por meio do exemplo do Canòdrom – Ateneu de Inovação Digital e Democrática, da cidade de Barcelona. O artigo apresenta uma breve discussão sobre os comuns urbanos e uma descrição do funcionamento do Canòdrom.

A agenda do comum se concentra em torno do trabalho seminal de Ostrom sobre a gestão coletiva de bens comuns, principalmente com estudos sobre modelos e experiências do comum em regiões rurais, destacando como as comunidades desenvolviam ações coletivas comuns.

A expansão da internet estruturada em um arranjo tecnológico de estrutura de redes distribuídas, que possibilita o desenvolvimento de práticas colaborativas e horizontais, o debate do comum ganha novo fôlego para pensar novas práticas, mediadas pelas tecnologias de comunicação em rede. O principal exemplo, são as comunidades de conhecimento, que tem no caso da Wikipédia seu principal modelo de sucesso, no qual os próprios usuários são responsáveis pela produção das verbetes. Outro exemplo, foi a formação de redes *peer to peer* de compartilhamento de arquivos, muito usada para o compartilhamento de músicas, que teve forte perseguição pela indústria do *copyright*.

Entre os anos de 2011 a 2013 o mundo assistiu a emergência de um ciclo de protestos em diversas partes do mundo (Los Indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe, Jornadas de Junho/Brasil, etc), na qual as plataformas digitais tiveram um papel central na mobilização das

\*Professor de Políticas Públicas da UFABC.

**Palavras-chave:** Comuns urbanos; Políticas Públicas; Cultura Digital; Canòdrom; Barcelona.

peessoas. Na Espanha, o movimento Los Indignados foi marcado pela ocupação das praças públicas, nas quais os manifestantes se organizaram em acampamentos, que por meio de práticas de auto-organização, a partir dos princípios do comum, produziram coletivamente uma série de ações (comunicação, alimentação, segurança, etc).

Nesse contexto, o conceito de comum ressurgiu dentro de uma nova lente que incorpora a visão de Hardt e Negri da biopolítica da multidão, como um “dever político contemporâneo”, no qual os bens comuns da humanidade estão associados à produção social coletiva (conhecimentos, produção material, afetos, entre outros). Laval e Dardot retomam o comum como uma alternativa política à expansão da nova razão do mundo neoliberal, constituída por uma lógica individualista que impacta sobre a dimensão afetiva das pessoas.

A partir das experiências das ocupações das praças públicas em 2011, e da influência teórica do comum como possibilidade na luta contra o neoliberalismo, na Espanha vai surgir o movimento do Municipalismo que nas eleições regionais de 2015 consegue eleger prefeitos nas principais cidades do país. Um destaque, em termos de continuidade e influência política, é o caso de Barcelona, que elege Ada Colau prefeita, oriunda dos movimentos sociais da luta por moradia, pela coalizção *Barcelona en Comú*. A coalizção estrutura sua agenda pela orientação dos “comuns urbanos” de valorização da ação comunitária e coletiva.

Dentro da dimensão política do comum, o artigo se propõe a discutir os comuns urbanos como uma opção de construção de políticas públicas dentro de uma chave de inovação cidadã de valorização da participação social. Para fazer essa discussão, foi selecionado o caso do Canòdrom – Ateneu de Inovação Digital e Democrática. O Canòdrom representa um exemplo de comum urbano que combina um modelo de gestão de pública de cogestão, com o uso de tecnologias livres como expressão do comum do conhecimento, e a coprodução de iniciativas e projetos de uso de tecnologias digitais para a promoção da cidadania.

## **Comuns Urbanos de Barcelona e a experiência do Canòdrom**

A agenda dos comuns urbanos está associada à aceleração do processo de urbanização marcada por um movimento dual no qual convive uma lógica sistêmica de exclusão do poder econômico, com práticas comunitárias de solidariedade que emergem da sociedade, em seus mais diferentes arranjos. Esse processo é caracterizado por um enfraquecimento das instituições públicas, associadas com denúncias de corrupção, ineficiência e a incapacidade de buscar soluções para

lidar com a complexidade da desigualdade social e econômica que afetam as áreas da saúde, educação, meio ambiente e outros problemas que fazem parte dos centros urbanos.

A agenda dos comuns se estrutura como alternativa para além do modelo estatal clássico e das estruturas verticais de mercado, adotadas nos processos de privatização dos serviços e espaços públicos, caracterizada pela lógica individualista neoliberal.

Como política pública, os comuns urbanos procuram construir uma nova forma na relação entre sociedade civil e gestão pública para além do repertórios de pressão, advocacy, resistência e parceria. Por meio de processos de coprodução, articulada pela gestão pública, os comuns urbanos constroem sua agenda em torno do direito à cidade articulada em três eixos (Blanco et al., 2018):

- I. Ecologia Urbana: promoção do urbano sustentável, associado com espaços de moradia e sociabilidade;
- II. Economias cidadãs: formação de redes e ecossistemas de cooperativas, estímulo à criação de cadeias de criação e apropriação compartilhadas (dentro de uma lógica de sustentabilidade);
- III. Bem Estar de Proximidade: criação de uma rede de serviços de solidariedade de proximidade (fomento de iniciativas locais voltadas para a oferta de serviços sociais e coletivos).

A experiência do Canòdrom nasce dentro desta agenda, associada a política de soberania digital de Barcelona de valorização do desenvolvimento de soluções tecnológicas soberanas, coproduzidas dentro do paradigma dos comuns digitais, de integração de práticas colaborativas, com as comunidades de criação online, comunidades de softwares livre e processos de criação de códigos abertos (Bonet Martí & Serrano Miguel, 2021).

Ocupando as instalações da antiga pista de corrida de cachorros (origem do nome), o Canòdrom, como Ateneo de Inonvación Democrática, foi inaugurado em dezembro de 2020 e faz parte do Plano Barcelona Digital da prefeitura de Barcelona de 2016. Sua finalidade é aproximar a cultura digital com a inovação democrática do território onde está instalado (Bairro de Congrés Indians), e ser um ponto de encontro entre comunidades organizadas, projetos sociais e artísticos, centro de investigações e cidadania.

A gestão do espaço, dentro do paradigma dos comuns urbanos, segue o modelo de cogestão entre Prefeitura e a Colectic, grupo de coletivos que foram selecionados por meio de edital público, que desenvolve em suas instalações serviços públicos de transformação social, inclusão digital, projetos de cultura digital, fomento de inovação e democratização digital, fora do modelo de incubadoras empresariais.

Segundo Anna Inglès<sup>1</sup>, coordenadora de oficina técnica e membro do Colectic SCCL, o Ateneo atua em quatro linhas de ação, sendo que todas as atividades precisam dar um retorno a comunidade do bairro:

- 1) Formação: programa educativo direcionado para inclusão, alfabetização e empoderamento digital;
- 2) Pesquisa: focada em ciência e tecnologias cidadã;
- 3) Inovação e desenvolvimento: de tecnologias feministas, videogames e tecnologias voltados para a participação;
- 4) Redes: conexão entre redes comunitárias e de inovação digital da cidade de Barcelona.

O modelo de cogestão do Canòdrom combina o uso de uma plataforma digital (Comunitat Canòdrom), com assembleias presenciais semanais entre servidores da gestão, coletivos, colaboradores e associação do bairro. Utilizando uma adaptação da plataforma Decidim<sup>2</sup>, a Comunitat Canòdrom é um espaço aberto para todos, no qual além de disponibilizar os projetos e a agenda, também tem um espaço para a participação dos usuários, por meio do envio de propostas, abertura de debates e outras formas disponíveis. Além disso, na plataforma há uma seção chamada Memória del Canòdrom, que por meio de processos participativos (presenciais e online) entre os colaboradores e os vizinhos (associação de bairro), constroem coletivamente a memória do espaço e do bairro.

As assembleias presenciais semanais têm a finalidade de tomada de decisão por meio de processos coletivos, nas quais são decididos os projetos, a agenda e os temas da organização interna. Como revela Anna Inglès, por vezes as reuniões são longas e perde-se muito tempo discutindo coisas triviais, como o uso da geladeira. Contudo, ela argumenta que isso ajuda a criar um espírito de coletividade, importante para o funcionamento no Canòdrom.

---

1. Entrevista presencial realizada em 24/05/2023.

2. A plataforma Decidim é a principal plataforma de participação social em funcionamento no mundo. A plataforma possibilita a realização de consultas, orçamentos participativos, votações, entre outras funcionalidades e funciona por meio de códigos livres (Barandiaran et al., 2024).

## Considerações Finais

Este artigo teve o objetivo de apresentar o desafio da implementação do paradigma do comum como um modelo de política pública. As experiências do comum são direcionadas para o estudo do protagonismo da sociedade e sua capacidade de auto-organização para a solução de seus problemas, principalmente no âmbito do território. O exemplo do Canòdrom nasce como uma inovação democrática que visa, ao mesmo tempo, se tornar um espaço de agregação de agentes da cultura digital (ativistas, desenvolvedores, artistas, entre outros) para o desenvolvimento de soluções digitais voltadas para a participação e formação de uma cultura cidadã, com um serviço público da cidade de Barcelona voltada para a realização de projetos culturais e de inclusão digital no território.

Para finalizar, o artigo aponta para a necessidade de um avanço na agenda de estudos do comum com avaliações empíricas sobre experiências de modelo de governança de gestão de serviços públicos por comunidades, movimentos e coletivos, fora do formato de privatização do terceiro setor. Pensar como a prática do comum pode ser apoiada e fomentada pela gestão pública, na valorização da coprodução de políticas e serviços públicos, por meio de processos participativos, uso de tecnologias livres e atos performativos coletivos.

## Referências

BLANCO, Ismael; GOMÀ, Ricard; SUBIRATS, Joan. El nuevo municipalismo: derecho a la ciudad y comunes urbanos. **Gestión y análisis de políticas públicas**, 2018, 20: 14-28.

BONET-MARTÍ, J.; MIGUEL, M.S. Barcelona como laboratorio de innovación democrática (2015-2020). **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)**, 2021, 4.15: 18-35.



# Comuns do conhecimento e desigualdades: desafios associados a capitalismo de vigilância e IA generativa



Miguel Said Vieira\*

**Resumo:** Apresenta a noção de comuns do conhecimento, discutindo as relações ambíguas entre tais comuns, o capitalismo de vigilância e a inteligência artificial generativa. Conclui refletindo sobre a possibilidade de recuperar o sentido contra-hegemônico de comuns do conhecimento.

No início dos anos 2000, uma série de iniciativas fundamentais relacionadas ao compartilhamento do conhecimento pipocaram no cenário global: em 2001, foi lançada a Wikipédia; em fevereiro de 2002, a Budapest Open Access Initiative (marco do movimento de acesso aberto, que defende a livre circulação de publicações científicas); e em dezembro de 2002, as licenças Creative Commons (que permitem a criadores indicar que suas obras podem ser distribuídas livremente).

Embora essas iniciativas tivessem antecedentes nas décadas anteriores — como o movimento do software livre, iniciado nos anos 1980 e já vibrante nos 1990 —, os avanços da digitalização e a popularização da internet parecem ter formado as condições perfeitas para que essa virada de milênio fosse palco para o surgimento de novas práticas de comuns.<sup>1</sup>

Estudiosos começaram, inclusive, a identificar tais iniciativas como exemplos de um novo *tipo* de comuns: imateriais, digitais ou do conhecimento. Em contraposição aos comuns “tradicionais”, baseados no compartilhamento de recursos naturais (como estoques pesqueiros para pesca, terra para pasto e plantio etc.), estes novos comuns seriam baseados no compartilhamento de coisas imateriais: softwares, artigos científicos, músicas, fotografias... em suma, conhecimento e cultura.

\*Professor de Políticas Públicas da UFABC.

**Palavras-chave:** comuns do conhecimento; capitalismo de vigilância; IA generativa.

1. Numa definição simples, comuns (ou bens comuns) são práticas em que uma comunidade compartilha coisas.

E enquanto os comuns anteriores compartilhavam coisas já existentes, os novos comuns compartilhavam coisas criadas pelos próprios membros de suas comunidades.

Vários desses comuns do conhecimento alcançaram grande relevância. Em 2024, a Wikipédia tem versões ativas em 339 idiomas, e a versão em inglês tem 6,8 milhões de artigos. Dos artigos científicos publicados em 2023, cerca de 46% encontram-se hoje sob acesso aberto;<sup>2</sup> e 86% dos servidores de sites web utilizam um sistema operacional baseado em software livre,<sup>3</sup> bem como 71% dos celulares<sup>4</sup>.

Sob uma certa perspectiva, seria possível dizer que esses comuns — e com eles, novas formas de compartilhar conhecimento — “venceram”. Como veremos a seguir, porém, o cenário tornou-se bem mais complexo.

## Capitalismo de vigilância

Nas últimas duas décadas, transcorreu uma outra transformação socioeconômica, também intimamente ligada à internet, e com efeitos provavelmente ainda mais profundos: a ascensão do capitalismo de vigilância. Para Shoshana Zuboff, que propôs essa ideia, entramos em uma fase do capitalismo em que a capacidade de prever e influenciar comportamentos a partir da coleta massiva de dados pessoais tornou-se uma das principais fontes de poder. Vejamos alguns elementos dessa transformação.

A partir dos anos 2000, a internet tornou-se cada vez mais o ponto focal da chamada “cultura participativa”: o consumo “passivo” de mídia (na forma de programas de rádio e TV, revistas etc.) cedeu espaço a uma relação mais participativa das pessoas na produção e difusão de conteúdos que lhes interessavam — por meio de espaços como fóruns, sistemas de comentários, *blogs* e redes sociais. As próprias tecnologias relacionadas à internet acompanharam essa mudança, na tendência conhecida como “Web 2.0”, que enfatizou conteúdo produzido por usuários, novas formas de interação e a possibilidade de acesso por diferentes tipos de dispositivos, incluindo celulares.

Essas mudanças, por sua vez, contribuíram para um grande avanço da publicidade online. Por um lado, tratou-se de salto quantitativo: o acesso à internet aumentou em número, frequência e engajamento; e os espaços publicitários tornaram-se abundantes e mais baratos. Mas por outro lado, o salto também foi qualitativo: um mesmo espaço publicitário online pode exibir publicidades diferentes para cada usuário; e a abundância de dados que é possível coletar sobre esses usuários — por meio de seu histórico de navegação, das postagens ou mesmo simples interações que fazem em cada site ou *app* — permitiu a criação de formas de direcionamento publicitário antes impensáveis.

A concentração da internet em um pequeno número de plataformas (controladas por megaempresas como Google, Meta e Amazon) e a popularização dos *smartphones* ampliaram as possibilidades dessa vigilância, bem como a intensidade de nossa participação num circuito contínuo de interação, coleta de dados e modulação de comportamento (não mais apenas com fins publicitários, mas também políticos); esse circuito é a base do capitalismo de vigilância.

---

2. Percentual verificado nos artigos indexados pela base de dados Scopus, em 2024. Ver <[https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Open\\_access&oldid=1251311113#Extent](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Open_access&oldid=1251311113#Extent)>.

3. Ver <[https://w3techs.com/technologies/overview/operating\\_system](https://w3techs.com/technologies/overview/operating_system)>.

4. Ver <<https://www.statista.com/statistics/272698/global-market-share-held-by-mobile-operating-systems-since-2009/>>.

Há nexos entre o capitalismo de vigilância e os comuns do conhecimento. Em primeiro lugar, há pontos de contato entre esses comuns e a “cultura participativa”: embora sejam fenômenos distintos, em ambos a criação por usuários é central; e softwares livres, especificamente, são peça fundamental na infraestrutura (majoritariamente controlada por *big techs*) que possibilitou uma web interativa e presente em todo tipo de dispositivo. Em segundo lugar, os comuns do conhecimento contribuíram para a transição de um cenário cultural marcado pela escassez a outro marcado pela abundância: em que o grosso do conteúdo que consumimos ou é produzido por usuários — seja em comuns como a Wikipédia, seja em plataformas movidas a publicidade como Instagram e Youtube —, ou é acessado em plataformas de assinatura (como Netflix e Spotify), em que se paga a *big techs* pelo acesso a um grande catálogo. (É importante notar que essas plataformas conquistaram muitos de seus clientes entre as pessoas que, antes disso, fruía de abundância similar, mas em redes P2P de compartilhamento de arquivos; redes que, embora ilegais, também podem ser entendidas como comuns — ou “acesso aberto de guerrilha”, na formulação de Aaron Swartz). À exceção do exemplo da Wikipedia, ambos os casos desse novo cenário de abundância seguem a lógica do capitalismo de vigilância: a mercadoria mais relevante deixa de ser a obra cultural, e passa a ser a modulação do nosso comportamento.

## Inteligência artificial generativa

Se, até aqui, a mineração de dados fora focada em prever e modular comportamentos, o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial (IA) generativa (como ChatGPT e DALL-E) demonstrou que a experiência humana também pode ser minerada para produzir obras e conteúdos sintéticos, similares aos produzidos por humanos. A IA generativa é um elemento que, embora possa alterar o cenário atual, emerge do próprio capitalismo de vigilância: como o desenvolvimento dessa tecnologia requer tanto dados como capacidade computacional em grande quantidade, a infraestrutura e os atores do capitalismo de vigilância seguem sendo centrais.

Para a previsão e modulação de comportamentos, já eram necessários muitos dados; para o treinamento eficaz de modelos de IA generativa, porém, são necessários dados — textos, imagens e outras produções humanas — em uma escala ainda maior. Empresas como Google e Meta detêm acesso privilegiado material útil para esse treinamento, como a infinidade de e-mails, postagens, áudios e vídeos produzidos por usuários de suas plataformas; e as muitas formas de interação nessas plataformas (como cliques, curtidas, denúncias, comentários), que podem ser utilizadas para refinar o treinamento desses modelos. Na prática, porém, a maioria dos conteúdos já disponibilizados na internet estão sendo usados para esse tipo de treinamento: todos os sites já publicados, todas as obras literárias já digitalizadas, e assim por diante.

Embora essa ainda seja uma questão controversa, há dúvidas sobre a legalidade do uso de boa parte desses conteúdos para treinamento: as leis de direitos autorais talvez limitem o uso de qualquer conteúdo que não esteja em domínio público, mesmo quando publicado em sites de livre acesso. E aqui, é importante notar como os comuns do conhecimento novamente podem ser instrumentalizados em benefício dos mais poderosos: em boa parte desses comuns, há a autorização expressa para qualquer tipo de uso por terceiros, eliminando a possibilidade de restrições por direitos autorais.



O software livre e os artigos científicos em acesso aberto são exemplos de comuns com obras culturais de qualidade e relevância particularmente úteis para o treinamento desses modelos. É tristemente irônico perceber que, embora esses comuns tenham sido construídos para fomentar produção comunitária e acesso não-mercantil, neste momento eles se tornam matéria-prima a beneficiar *big techs*: por mais que, em tese, comunidades também possam usar esses comuns para treinamento de IAs, só as *big techs* detêm a infraestrutura computacional e o acesso aos demais dados na escala necessária para o desenvolvimento dos modelos de IA mais avançados.

## Considerações finais

Para recuperar o potencial contra-hegemônico dos comuns do conhecimento, talvez seja necessário recuperar lições dos comuns “tradicionais”, e até relativizar a distinção entre eles. É importante lembrar que comuns do conhecimento também requerem coisas materiais: da energia e minérios para que servidores funcionem, à pizza para quem programa; e, analogamente, em comuns “tradicionais” também se compartilha coisas imateriais: dos conhecimentos sobre o quê e quando plantar naquele território, aos laços afetivos em uma horta comunitária.

É fato que é mais fácil obter abundância de recursos em comuns do conhecimento, já que um software, por exemplo, pode ser facilmente copiado, e potencialmente pode ser compartilhado para muito mais pessoas do que a colheita de uma horta comunitária; no entanto, isso não elimina a possibilidade de que os comuns do conhecimento tenham regras e fronteiras delimitadas: elas não são necessárias para prevenir sobreutilização, mas podem ser úteis para favorecer comunidades em detrimento de grandes empresas, e para reduzir as desigualdades que serão ampliadas com o advento da inteligência artificial generativa.

Nesse sentido, talvez seja importante voltar a considerar a adoção de estratégias restritivas de licenciamento, tais como: o *copyleft*, que obriga quem produzir obras derivadas de um comum a compartilhá-las da mesma forma; licenças como a AGPL (Affero General Public License), que exige que software livre, que funciona através da internet, seja compartilhado com os usuários finais; as cláusulas de uso não-comercial, que proíbem o uso do bem comum em atividades com finalidade de lucro; e licenças de produção por pares, que permitem usos comerciais do comum, mas apenas para cooperativas e trabalhadores, e eventualmente para empresas que contribuam para a manutenção daquele comum.

E, para além dessas estratégias, é fundamental que as pessoas que cuidam de e contribuem para esses comuns reconheçam tais riscos de desigualdades, e mobilizem-se coletivamente contra eles: há muito a aprender aqui com movimentos sociais em geral.



# Sua cidade, seus dados: resistindo à mercantilização do território e dos dados pessoais



André Pasti\*

**Resumo:** O texto discute a tendência de mercantilização dos dados pessoais nas práticas de planejamento e gestão urbana e os riscos para a privacidade e a democracia, e analisa a urgência de ações de resistência a esse processo. Articulações como as campanhas "Sua Cidade, Seus Dados" e "Seus Dados São Você" surgiram propondo um modelo urbano que proteja os dados dos cidadãos e limite o poder das corporações na cidade dataficada. Por fim, o texto apresenta caminhos para pensar uma agenda latino-americana que promova a soberania tecnológica e fortaleça a participação.

Imagine a seguinte cena: um vereador de oposição chega a uma festa em sua cidade e é abordado por um integrante da gestão da Prefeitura que, buscando constranger sua atuação política e sua segurança, afirma em tom de ameaça saber exatamente todos os lugares em que este vereador esteve em um determinado dia. Esse ato de vigilância invasivo, que atenta contra a privacidade e contra a democracia, aconteceu. O relato foi do então vereador Rodrigo Paixão, de Vinhedo (SP), em uma mesa de debates na Câmara de Campinas (SP) em novembro de 2017<sup>1</sup>. Naquela oportunidade, discutíamos publicamente e nos articulávamos, coletivamente, para a resistência a uma tendência do planejamento territorial contemporâneo: a privatização de dados pessoais utilizados nos serviços urbanos.

\*Professor de Planejamento Territorial da UFABC.

**Palavras-chave:** planejamento urbano; ativismos digitais; dados pessoais; participação popular.

1. A gravação da mesa está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=jgB5uLz-pwE>>.

## A cidade está ficando esperta... Cuidado!

As novas tecnologias da informação e da comunicação estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano nas cidades. Junto da difusão dessas novas técnicas, elas foram crescentemente incorporadas às práticas de gestão urbana. Um conjunto de novas tecnologias urbanas tem sido instalado em nossas cidades para supostamente ampliar a “inteligência” da gestão - traduzida nos ideais de eficiência e eficácia, sob o mesmo prisma dos agentes do mercado. Rankings e índices incentivam a competição entre gestões municipais, enquanto empresas de consultoria e eventos corporativos difundem a tal “cidade inteligente” como um sinônimo de boa gestão urbana — incentivando que as prefeituras comprem soluções de empresas de serviços tecnológicos.

Esta suposta “eficiência” se tornou um valor com fim em si mesmo, justificando qualquer ação. Trata-se do que Ana Clara Torres Ribeiro (2013) chama de “paradigma administrativo” no neoliberalismo, reunindo o conjunto de valores da gestão empresarial que hoje são aplicados ao planejar e gerir o espaço urbano. Junto disso, o imaginário coletivo sobre as tecnologias as reconhece como irrecusáveis, portadoras da razão e do progresso. Essa despolitização do debate coletivo sobre as novas tecnologias e os valores que acompanham a adoção delas em diferentes dimensões da vida implica um risco imenso à sociedade.

As tecnologias não são boas, nem ruins, nem neutras. Reconhecer que elas acompanham valores sociais e produzem mudanças na sociedade e nos usos do território exige que nos engajemos no debate — político — sobre o desenvolvimento tecnológico, os sentidos sociais das inovações e os níveis de controle social das tecnologias.

No caso do planejamento e da gestão do território, essa ideia-propaganda da “smart city” veio junto de uma grande despolitização do debate sobre as práticas territoriais em si. Ao invés de analisar e discutir os sentidos da ação, as formas de ampliar a democracia e a justiça urbanas a partir das realidades vividas nos territórios, a proliferação de uma parafernália “smart” composta por aplicativos, dispositivos, sensores, câmeras e outras formas de captura massiva de dados foi propagandeada como caminho eficiente para a solução de todos os problemas urbanos. O pesquisador Evgeny Morozov (2018) chama essa construção de soluções de problemas sociais por meio de novas tecnologias ou aplicativos de “solucionismo tecnológico”.

Inspirado pela interpretação de Milton Santos (2000) sobre a globalização, é possível afirmar que fábula da cidade inteligente acompanha, na realidade, perversidades - uma delas, a captura massiva de dados pessoais, vários deles sensíveis, sem nenhum controle social (Schiavi, 2021). Recentemente, em evento corporativo sobre cidades inteligentes, ouvimos um empresário de uma *Big Tech* defender que o esforço atual da empresa é capturar o máximo possível dos dados pessoais dos cidadãos, para no futuro descobrir o que fazer com eles. Na mesma direção, em um contexto de mercantilização da cidade e do planejamento urbano, além do poder público, empresas privadas contratadas para operar câmeras na cidade passam a ter acesso a informações que lhes garantem imenso poder. Foi o caso de Vinhedo (SP), onde a operação do sistema de vigilância era, como na maior parte das cidades, operado de forma privada — na época, sem regulação ou controle social.

Além dessa captura massiva de dados, há diversos outros riscos: há uma tendência a um processo de *plataformização*, com crescente concentração dos aplicativos e ferramentas

nas mãos de poucas plataformas controladas por Big Techs, desenvolvidas e controladas por poucos países do centro do capitalismo; essa concentração acompanha um armazenamento e tratamento de dados localizado em “nuvens” fora do país, acompanhando problemas ligados ao chamado *colonialismo de dados*.

Voltando à história de Rodrigo: diante de um cenário de mercantilização da “esperteza” da smart city, vigilantismo e risco de venda de dados dos cidadãos, o que é possível fazer para disputar os rumos dessas tecnologias urbanas?

## Os ativismos de dados e a resistência em rede

Ainda em 2017, uma campanha da sociedade civil chamada “Sua Cidade, Seus Dados”, foi iniciada pela Rede Latino-Americana de Estudos de Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits) e realizou uma série de ações nos anos seguintes, simultaneamente à campanha nacional “Seus Dados São Você”, da Coalizão Direitos na Rede (CDR). Ambas levantavam os riscos da privatização de dados e a necessidade de proteção de dados pessoais dos cidadãos. No caso da campanha “Sua Cidade, Seus Dados”, o foco estava justamente em sensibilizar para a necessidade de políticas de adoção de tecnologia nas gestões urbanas que protegessem os direitos dos cidadãos. A articulação ganhou corpo diante da inclusão dos dados dos usuários do transporte público no pacote de privatizações do então prefeito de São Paulo, João Dória<sup>2</sup>. Um projeto de lei municipal de proteção de dados pessoais foi elaborado por pesquisadores da Rede Lavits no contexto da campanha.

Diversas organizações realizaram conjuntamente eventos locais e regionais para debate da segurança de informação, autocuidado e festa — casos como da Criptobaião em Fortaleza, Criptofunk no Rio de Janeiro, CriptoJP em João Pessoa, CriptoAxé em Salvador, CriptoTrem em Belo Horizonte, Criptobaile em Ceilândia e CriptoFesta Cerrado, em Brasília, além da já tradicional CryptoRave em São Paulo<sup>3</sup>. Em várias dessas cidades, o evento acompanhou a apresentação de projetos de lei baseados na campanha “Sua Cidade Seus Dados”. Campinas, no interior de São Paulo, foi a primeira cidade a iniciar o debate na Câmara, por iniciativa das campanhas junto do vereador Pedro Tourinho (PT). Em São Paulo, o projeto foi apresentado ainda em 2017 por parlamentares de partidos diversos, como PSDB, PSD, PT e PSOL. O primeiro município a aprovar tal projeto de lei foi Vinhedo, ainda em 2018<sup>4</sup> — em projeto apresentado por Rodrigo Paixão (REDE).

A regulação de proteção de dados não é suficiente, mas uma das dimensões de uma luta mais ampla. A partir da digitalização do território, a agenda política histórica da reforma urbana — em defesa de cidades justas e democráticas e da cidade como um direito — passa a se encontrar com os ativismos digitais e as lutas por uma comunicação mais democrática. Cada vez mais a agenda crítica sobre as tecnologias precisa estar presente em diferentes temáticas que perpassam nosso cotidiano.

No caso da pauta urbana, constam agendas importantes, como “a de tratar os dados como elementos também coletivos e necessários à vivência e à gestão do espaço urbano, e a de

---

2. Mais sobre o contexto no texto “A cidade é nossa. E os dados?”, publicado na CartaCapital e disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-cidade-e-nossa-e-os-dados/>>.

3. Mais informações no episódio “Criptofestas e criptografia”, do podcast Levante Sua Voz, disponível em <<https://intervozes.org.br/quinto-episodio-do-levante-sua-voz-trata-de-criptofestas-e-criptografia>>.

4. Disponível em <<https://lavits.org/camara-de-vinhedo-aprova-por-unanimidade-lei-municipal-de-protecao-de-dados-pessoais/>>.

elevar a noção de soberania de dados como fundamental à construção de uma política urbana que não se renda ao neoliberalismo embalado pelas plataformas privadas” (Schiavi e Silveira, 2021, p. 13). Nossa agenda crítica sobre tecnologia e sociedade a partir da América Latina envolve, ainda,

a valorização do poder de populações discriminadas, estigmatizadas e subalternas [...] particularmente por meio da construção de modos de resistência e sobrevivência que oferecem apropriação subversiva e contra opressiva de tecnologias digitais, dados e narrativas nas periferias urbanas da América Latina. Isso significa repensar processos que normalmente valorizam as informalidades da elite e criminalizam as informalidades dos subalternos em diferentes escalas – do global, entre países do “Norte” e do “Sul”, ao local, entre os “centros” e “periferias” das cidades latino-americanas. Nosso enfoque geográfico tem, portanto, priorizado cada vez mais territórios estigmatizados (Firmino; Bruno, 2023, p. 3).

Assim, para além das perversidades da esperteza da privatização e mercantilização de dados nas cidades, há um conjunto de possibilidades para construção de outros futuros, buscando usos mais solidários do território, a partir da apropriação das técnicas pelos “de baixo” (Santos, 2000). A adoção e o desenvolvimento de tecnologias que garantam a soberania tecnológica popular e que protejam os dados dos cidadãos; a promoção de formas colaborativas de produção de tecnologias, com ferramentas e código livres; a garantia de mais participação social nos processos de planejamento e gestão da cidade; e a realização de debates públicos e politizados sobre a adoção de tecnologias estão entre as ações com outros sentidos, que podem acompanhar um planejamento territorial democrático e popular, que busque promover a cidade como um direito.

Que possamos nos inspirar nos ativismos digitais e nas lutas urbanas daqueles que, como nosso saudoso Rodrigo Paixão, lembram que outra cidade é possível. Urge resistir à mercantilização do território e dos dados e buscar outros sentidos da ação capazes de deslocar os significados hegemônicos que a incorporação das tecnologias tem produzido enquanto projeto de cidade, além de encontrar os usos, as possibilidades e os limites das tecnologias urbanas na promoção do direito à cidade para todas as pessoas.

## Referências

FIRMINO, Rodrigo; BRUNO, Fernanda. Construindo uma agenda latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade. **PolITICs**, n. 35, 2023.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Boitempo, 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro. Ano XII, n. 2, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHIAVI, Iara; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A cidade neoliberal e a soberania de dados: mapeamento do cenário dos dispositivos de dataficação em São Paulo. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana v. 14, 2022.



# Comuns, Territórios e Planejamento contra-hegemônico



Tatiana Rotondaro\*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apontar similaridades e convergências presentes em formulações críticas e insurgentes dos conceitos de: "comuns" e "territórios", que são mobilizadas e apropriadas, de forma dinâmica, tanto em suas trajetórias acadêmicas, quanto nos vocabulários de lutas sociais contemporâneas. Posteriormente, indicamos brevemente como este nexos, essa articulação, entre os comuns e os territórios podem contribuir para uma agenda de planejamento territorial contra-hegemônico.

**P**odemos identificar, ao menos, duas grandes correntes de pensamento que se destacam nas reflexões sobre o comum: a perspectiva liberal e a crítica. A principal expoente da **perspectiva liberal** é a economista e cientista política Elinor Ostrom que, a partir de um conjunto de estudos de caso empíricos, verificou que, com os estímulos institucionais adequados, os atores sociais são capazes de cooperar para o gerenciamento dos recursos coletivos (florestas, pastagens e pesqueiros, sistemas de irrigação e dados computacionais), produzindo resultados mais eficientes do que os apresentados por modelos tradicionais de gestão privada dos recursos. A comprovada viabilidade e sucesso da preservação, a longo prazo, fundamentada nas ações coletivas, baseadas em práticas cooperativas e organizações comunitárias para o gerenciamento dos recursos naturais comuns (*common pool resources*), representou um ponto de inflexão no pensamento econômico neoclássico, que colou em cheque, tanto o pressuposto de que sem a devida privatização, e regulamentação, os recursos naturais sempre serão explorados em excesso até a exaustão; quanto a crença na suposta eficiência do comportamento instrumental e egoísta de um suposto *homo oeconomicus*. Embora o trabalho de Ostrom tenha trazido uma grande contribuição para ampliar o escopo

\*Professora da FEA/USP.

**Palavras-chave:** Comuns; territórios; planejamento contra-hegemônico.

de possibilidades e experiências bem-sucedidas de gestão dos recursos naturais, a sua abordagem não foi capaz de romper com a ortodoxia econômica, na medida em que sua visão dos comuns permaneceu dependente de uma estrutura naturalista e essencialista que pensa o valor dos recursos naturais a partir de suas características intrínsecas. Por essa razão, a inovação alcançada por Ostrom nos modelos de gestão, não foi capaz de produzir uma base argumentativa que pudesse frear a pressão dos mercados pela privatização dos recursos naturais. Ao contrário, por vezes, essa própria fundamentação tem sido utilizada para justificar a necessidade de privatização como forma de preservação dos recursos naturais, uma vez que um modelo de gestão mais eficiente não necessariamente está atrelado à forma de propriedade desse recurso (Dardot; Laval, 2017).

Na **tradição crítica**, a ideia de defesa do comum tem se estruturado como um princípio de luta política fortemente conectada às lutas e práticas sociais e políticas que surgiram como resposta às reformas neoliberais e aos desafios do aumento da desigualdade social e da destruição dos ambientes naturais. O princípio político do comum se articula a partir da crítica da atual fase do neoliberalismo, que se baseia numa racionalidade competitiva que impregnou inclusive o funcionamento dos órgãos e agentes públicos, na qual o Estado tende a se distanciar de sua vocação fundamental de promotor do bem-comum social, se submetendo à lógica de acumulação do mercado atuando, primariamente, como seu agente facilitador e operador (Hardt; Negri, 2016; Dardot; Laval, 2017).

Esta mudança de orientação na vocação primária do Estado tem produzido, desde os anos 90, movimentos sociais de resistência heterogêneos e distintos das lutas operárias do século XIX e XX. Vemos a emergência de lutas travadas desde o âmbito local, na disputa pela autonomia no uso de bens naturais e gestão do território, até o âmbito global, como no caso dos movimentos antiglobalização e, mais recentemente, das greves pelo clima. Uma agenda positiva, voltada a favorecer a fortalecer experiências insurgentes e experimentações e lutas do presente, nos exige desenvolver uma capacidade de imaginação política. Este princípio do comum se afirma como resistência à lógica proprietária, superando a dualidade público x privado. Dentro dessa perspectiva, a humanidade e a natureza são pensadas de maneira integrada, através de práticas de cuidado e coabitação capazes de produzir formas benéficas de compartilhamento e de bem-viver (Hardt; Negri, 2016).

Apesar de diferenças autorais, podemos afirmar que a perspectiva crítica ampliou sua compreensão sobre os *comuns*, tratando-os como um princípio político, como uma *práxis* que envolve os bens, as pessoas e as relações. Assim, são constitutivos dos *comuns* os recursos, sejam eles materiais (a água, a energia, a biodiversidade) ou imateriais (como produções sociais, conhecimentos, imagens, códigos, afetos); assim como a ação de comunar, o ato de compartilhar os recursos comum, de agir como um *commoner*. Esse olhar, centrado no ato de comunar, pode ser encontrado em diversos movimentos que surgiram no Brasil nos últimos anos, como as redes de hortas urbanas e agroecologia, a ocupação de espaços públicos como locais de encontro e resistência, os laboratórios de inovação cidadã, mas também na reconfiguração de lutas históricas como dos movimentos de moradia, de populações tradicionais, por manter e gerir seus territórios, e dos camponeses pela permanência na terra. Para estes grupos, a luta pela terra não é mais uma luta restrita ao campo, ela envolve a manutenção da vida. Trata-se de uma luta pelas possibilidades de reprodução, pelo meio ambiente, pelo acesso à água e a alimentos saudáveis. Envolve também as mulheres, os trabalhadores urbanos precarizados, os moradores de favelas e os afetados por eventos climáticos extremos. A partir desse olhar, consideramos que a terra seja o comum que melhor incorpore as questões do nosso tempo.

## O território é o comum da terra

Numa visão clássica, o conceito de território surge conectado ao poder do Estado, enquanto ator privilegiado na produção do território, na delimitação do espaço e do acesso aos seus “recursos”. Atuando também como o agente planejador, regulador e responsável pela sua infraestrutura, controle e defesa. Neste contexto, a noção de território está atrelada às ideias de fronteira, domínio e, em última instância, da guerra.

Porém, historicamente e empiricamente, vemos as populações tradicionais, os povos indígenas, os quilombolas, assim como os movimentos camponeses, como a Via Campesina e a Teia dos Povos, e nos movimentos urbanos de favelas e periferias, mobilizarem o “território” como categoria central em suas lutas. De forma semelhante, a defesa do território, figura como pauta recorrente nas reivindicações dos movimentos ligados às lutas socioambientais. Neste sentido, nos alinhamos às perspectivas que operam a categoria “território” (assim como o “comum”) como um conceito em disputa, uma vez que empiricamente a definição do território expressa um conjunto de relações sociais e de poder.

O território operado como um comum da terra surge de uma concepção de território objetivado e produzido por meio das relações sociais, das diferentes estratégias de relacionamento entre os sujeitos e o ambiente. A partir destas dinâmicas, podemos compreender a emergência de territorialidades, que são as significações presentes nas diferentes atividades cotidianas, das múltiplas relações sociais produzidas no espaço ao longo do tempo. Assim, o território passa a ser entendido de forma processual, a partir dos diferentes modos de apropriação que se dão pelos diversos atores (ou nós) no espaço-tempo.

A territorialidade, conforme mobilizada nas lutas sociais, estão para além da apropriação do espaço material e funcional, ela inclui também a apropriação cultural-simbólica, uma vez que, como nos lembra Ailton Krenak, não somos nós que imprimimos um sentido ao lugar, mas é o lugar que imprime um sentido à nossa existência (Haesbaert, 2021).

Desta forma, podemos abordar os comuns da terra como práticas de produção, reprodução e (auto)governo, baseadas na cooperação e no compartilhamento, que geram direitos e obrigações, e estão diretamente implicadas no espaço. Logo, no nosso entendimento, é o comum que faz da terra um território.



## Planejamento contra-hegemônico

Um olhar para os comuns tem servido como base para a atualização de projetos progressistas de mudança social, que identificam os limites da legitimidade das formas tradicionais de propriedades, sejam elas públicas ou privadas. Disso decorre uma agenda que visa uma transformação institucional, que permite instituir o comum por meio de um novo arranjo jurídico de propriedade, inclusive daquilo que estaria fora do alcance de qualquer possibilidade de apropriação (Dardot; Laval, 2017; Hardt; Negri, 2016). Para tal, há que se apostar num tipo de planejamento alternativo, que emerge de “comunidades subordinadas [...] ou comunidades desfavorecidas” (Miraftab, 2016, p. 367). Um planejamento contra-hegemônico que preconize o reconhecimento de comunidades marginalizadas pelo planejamento hegemônico.

Isso porque o planejamento hegemônico tem produzido um cenário de desigualdade social e econômica em grande parte das cidades do planeta, num aprofundamento do processo de mercantilização que privilegia grupos financeiros e de investimentos, em detrimento dos interesses e das necessidades da maioria da população, que é colocada à margem dos processos decisórios e excluída do direito aos territórios. As formas de planejamento hegemônicas são elaboradas por um grupo limitado, para um grupo igualmente limitado de favorecidos, onde a possibilidade de participação da sociedade coletiva é restrita (Miraftab, 2016; Holston, 2016).

## Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/ de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HOLSTON, James. Rebeliões Metropolitanas e Planejamento Insurgente no Século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, Recife, vol. 18, pp. 191-204, maio-agosto 2016.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, Planejamento e a Perspectiva de um Urbanismo Humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regional**, Recife, vol. 18, N.3, pp. 363-377, set-dez 2016.



**JOVENS  
PESQUI  
SADO  
RAS**

### Sobre viver e lutar pela soberania alimentar em São Paulo



Leticia Costa de Oliveira Santos\*

**Resumo:** A reprodução social pode ser entendida como a base sobre a qual comuns e lutas urbanas se organizam. Olhando para lutas por soberania alimentar em São Paulo, observa-se, por um lado, como a reprodução social, sustenta as lutas e, por outro lado, constitui a própria agenda. Tal agenda, como políticas prefigurativas, fortalece no cotidiano a coesão e a pluralidade das mobilizações, fomenta a construção e prática de formas de vida urbana justas e coletivas, e a elaboração de políticas públicas.

A reprodução social vai além da mera reprodução das condições materiais da vida. Engloba a socialização, educação, alimentação e cultura, no processo pelo qual a vida é sustentada diária e intergeracionalmente. Para aplicar esse conceito à análise de comuns urbanos e lutas populares, a reprodução social pode ser entendida como a base sobre a qual essas práticas se organizam. Tais iniciativas surgem como alternativas à lógica de externalização dos custos ecológicos e sociais, criando espaços onde a manutenção da vida é central. Compartilham o princípio de garantir a sobrevivência pela organização comunitária e cuidado mútuo. Comuns estão ligados à perpetuação da vida: como coloca Mina Lorena Navarro (2016), comuns urbanos são os esforços cotidianos de recriação de laços que criam condições para a sustentação da vida, particularmente em vista da despossessão material e da fragmentação na sociedade urbana.

A seguir discuto como, por um lado, a reprodução social sustenta as lutas e, por outro, constitui a própria agenda de lutas olhando para a soberania alimentar em São Paulo. Por fim, observo como esta agenda de lutas fortalece a coesão e a pluralidade das mobilizações, e fomenta a elaboração e prática de formas de vida urbana mais justas e coletivas.

\*Doutoranda do PGT/UFABC.

**Palavras-chave:** comuns urbanos; reprodução social; movimentos populares; ação coletiva.

## Viver para lutar

A reprodução social sustenta as lutas populares, pois garantir a sobrevivência imediata é garantir a possibilidade de continuidade das lutas. Como coloca Silvia Federici, (2019), a manutenção do trabalho reprodutivo e da produção de subsistência é o que sustentou a luta de trabalhadores e trabalhadoras, ao garantir condições mínimas para atuar em greves e protestos políticos e exigir melhores condições de trabalho.

Em segundo lugar, o trabalho da reprodução social, por sua natureza contínua, torna-se um espaço de criatividade no cotidiano. Pode-se observar dentro de movimentos e coletivos, aspectos de desigualdades de gênero e raça, a sobrecarga e a distribuição desigual do risco. No entanto, Federici enfatiza que é nas atividades diárias que produzimos nossa existência e desenvolvemos nossa capacidade de cooperação, resistindo à desumanização e reconstruindo o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado (Federici, 2019). Repensar a reprodução social é central para a construção de alternativas ao capitalismo, pois está entremeada à forma como corpos são alimentados, como a economia funciona e como as ecologias são impactadas (Tornaghi; Dehaene, 2020).

Finalmente, o trabalho cotidiano e coletivo também é o que viabiliza a preservação das comunidades, resistindo às pressões pela atomização e para criar alternativas de vida e sobrevivência compartilhada. Isso não anula os desafios inerentes à coletividade, o que justifica o esforço contínuo de manutenção de redes de solidariedade e confiança. Se organizar em torno de tarefas coletivas e duradouras engaja e fortalece o senso de agência ao transformar a solidariedade abstrata em uma solidariedade materializada e corporificada (Federici, 2019).

Na Zona Leste de São Paulo, a Horta Comunitária Gera Juncal, iniciativa do Ceprocig (Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú – Paulo VI) e da CMP (Central de Movimentos Populares), possibilitou o acesso ao alimento durante períodos agudos da pandemia. Mas ela também manteve o engajamento e a coesão do grupo após o desmonte de políticas que ameaçavam a efetivação de seu projeto habitacional popular. Para participantes e lideranças, a horta comunitária foi um dos motivos para as pessoas não desistirem da demanda habitacional nem perderem a confiança no movimento. Há um trabalho cotidiano de manutenção dos cultivos, recuperação do solo e fortalecimento de laços sociais que ocorrem juntos.

Não é por acaso que Guilherme Boulos usa a metáfora “o movimento é uma plantação” no ato de entrega das chaves do condomínio Dandara, também na Zona Leste de São Paulo. Este foi um dos primeiros projetos habitacionais conquistados pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) a incluir uma horta comunitária.

## Lutar para viver

A luta pela alimentação sempre foi um mote de movimentos urbanos. Foram organizados em torno de diversas formas de associativismo e mobilizações, tais como o Movimento Contra a Carestia, protagonizado por mulheres da Zona Sul de São Paulo na década de 1970. Por um lado, a alimentação como uma necessidade constante e, por outro, a permanência das condições desiguais e injustas renovam a pauta mediante situações crônicas ou agudas de falta de acesso ao alimento.

Em São Paulo, ela recentemente vem ganhando espaço e articulando atores, desde os movimentos populares de moradia, aos movimentos ambientalistas urbanos e coletivos de ação direta, como a mobilização iniciada pelo Coletivo Banquetaço em 2017 diante da proposta do então prefeito João Dória de distribuir ração ultraprocessada para a população pobre e estudantes. Eles denunciavam a desumanização do sujeito pobre pela argumentação de escassez de alimentos e desrespeito às culturas alimentares, enquanto apresentavam alternativas de produção e distribuição de alimentos saudáveis em banquete servido em frente ao Theatro Municipal.

Observa-se que estes grupos conjugam em suas ações respostas à urgência da fome e a construção de soluções duradouras, que efetivamente debatem o acesso, a segurança, a qualidade e a liberdade de escolha sobre o alimento, que são os preceitos da soberania alimentar. Portanto, além de ações de coleta e distribuição de cestas básicas e refeições, têm se multiplicado as hortas e cozinhas comunitárias, além das redes de solidariedade, que se fortaleceram desde a emergência do Covid-19.

Estas hortas e cozinhas viabilizam acesso ao alimento enquanto reconhecem as tradições de criação de cultivos particulares ou comunitários e da socialização em torno do alimento como forma de viver e produzir a moradia. No MTST, por exemplo, tornou-se usual estabelecer hortas comunitárias nas ocupações e projetos habitacionais, não como estratégia exógena, mas potencializando práticas que os ocupantes já realizavam em canteiros produtivos contíguos a suas moradias.

Em se tratando de grupos periféricos, os processos políticos são permeados pelos esforços já empregados na reprodução da vida. Para as mulheres, por exemplo, com parte significativa de seu tempo e energia comprometidos por estas funções, atuar coletivamente e sintonizar a reprodução social com a reivindicação política é fundamental (Nobre, Faria, Moreno, 2020).

## A luta como forma de vida e a vida como forma de luta

As hortas (Fig. 1), cozinhas, banquetes, sementeiras e composteiras comunitárias refletem modelos de gestão de comuns, mesclando sociabilidades e estratégias de luta rurais e urbanas. Elas acionam uma série de estratégias que mulheres e pessoas racializadas carregam e aprimoram para sobreviver às violências e à despossessão (Federici, 2019) e contribuem para o repertório dos movimentos alçando o cotidiano e o “doméstico” como arenas políticas.

Além disto, o cuidado de si, do coletivo e do meio são tanto estratégias de luta quanto perspectivas de viver bem. A Cozinha Ocupação 9 de Julho, do MSTC (Movimento Sem-teto do Centro), viabiliza o acesso ao alimento diverso, seguro e culturalmente rico por preços acessíveis e distribuição gratuita, e fortalece o aspecto social e cultural da alimentação, dentro da ocupação. Estas iniciativas são as prefigurações, os meios e os fins da luta, ou práticas radicais com componentes do futuro almejado (Tornaghi, Dehaene, 2020).



**Fig. 1.** Dia de trabalho coletivo na Horta Comunitária Gera Juncal, Zona Leste de São Paulo, em terreno ocupado no aguardo da efetivação do projeto habitacional. Fonte: A autora.

É interessante observar, que o processo de urbanização é vetor da comodificação, mas a cidade reúne diferentes grupos e pautas (Tornaghi; Dehaene, 2020), que ainda influenciam a elaboração de políticas públicas e fortalecimento institucional. Isto se observa em redes de agroecologia urbana como a AAZL (Associação dos Agricultores da Zona Leste) que reivindicam junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar o urbano como *locus* de atenção, em rede com movimentos do campo e grupos de consumo, fortalecendo na cidade as agendas da soberania alimentar e proteção de sementes. Ou a pressão do coletivo Banquetaço pela volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto em 2019, e retomado em 2023. Em outra esteira, movimentos populares que pautam a habitação indicam que as políticas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, devem contemplar hortas comunitárias e agroflorestas, reivindicando outros aspectos do habitar.

Insistir que a vida é em si uma forma de luta não é domesticar ou pacificar a potência dos movimentos, mas reconhecer a radicalidade de viver contra a pressão em contrário. “Quem não luta tá morto” é frase de ordem grafada e entoada em diversas mobilizações populares. Quem não luta está morto, e a vida é o fim e o meio em função do qual a luta se organiza. Observar a reprodução da vida é, portanto, fundamental para compreender tanto as bandeiras, quanto as estratégias de luta.

## Referências

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

NAVARRO, M. L. **Hacer común contra la fragmentación en la ciudad**. Experiencias de autonomía urbana. Puebla, México: BUAP / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonzo Vélez Pliego”, 2016.

NOBRE, M.; FARIA, N.; MORENO, T. Economia feminista desdeabajo. Em: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Tica (org.). **Cultivar la vida en movimiento**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020. p. 7–16.

TORNAGHI, C.; DEHAENE, M. The prefigurative power of urban political agroecology: rethinking the urbanisms of agroecological transitions for food system transformation. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 44, n. 5, p. 594–610, 2020.



# O Comum contra a propriedade: uma nova perspectiva para as lutas pela terra



Camila Jorge  
Haddad\*

**Resumo:** Esse texto busca explorar os diferentes conceitos sobre o comum, em especial da abordagem crítica, e obter elementos que nos permitam desenhar alternativas emancipatórias à propriedade capitalista da terra. Para isso, foram analisadas as produções de Hardt e Negri (2016) Dardot e Laval (2017) e Federici (2022), confrontando suas principais contribuições em um quadro comparativo. A partir dessa análise foi possível identificar um conjunto de práticas em torno da terra que nos apontam para uma visão emancipatória e contra-hegemônica.

**D**os protestos antiglobalização da década de 1990 à greve estudantil pelo clima de 2018, o “comum” tem se tornado uma palavra de ordem em movimentos de resistência às opressões impostas pelo capitalismo neoliberal e um elemento de resposta às múltiplas crises que estamos presenciando: ambiental, social, econômica e política.

Esses movimentos, que rejeitam a rigidez das estruturas políticas tradicionais, buscam se reapropriar de bens essenciais como a terra, a água e os laços sociais perdidos sob a lógica da acumulação. Neles, o comum emerge como uma alternativa à dicotomia entre Estado e Mercado e entre público e privado.

A luta pela água na Bolívia e os acampamentos Occupy Wall Street são exemplos emblemáticos de lutas que desafiam tanto o controle privado quanto o autoritarismo público. Contudo, mais do que uma resistência a essas formas de poder, o comum busca construir novos modos de organização e governo, que priorizem o coletivo, o compartilhamento e a autodeterminação.

\*Ativista da organização Próspera Social.

**Palavras-chave:** comum; terra; território.



Ainda, dentro da perspectiva do comum, a humanidade e a natureza são pensadas de maneira integrada, através de práticas de cuidado e coabitação capazes de produzir formas benéficas de compartilhamento e de bem-viver.

Esse conceito do comum não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais (Hardt; Negri, 2016, p. 8).

É nesse sentido que o conceito de comum se torna um arcabouço de análise sobre as lutas sociais e ambientais, um princípio político que nos orienta na construção de respostas alternativas à propriedade capitalista, especialmente no que tange a luta pela terra.

Esse texto busca, então, explorar os conceitos de comum a partir de diferentes autores (Ostrom, 1990; Hardt e Negri, 2016; Dardot e Laval, 2017; Federici, 2022) para traçar um diálogo entre eles e entender quais elementos tornam a terra um bem comum e como sua ocupação, gestão e governo podem se dar de forma emancipatória, promovendo justiça social e ambiental.

Para olhar a questão da terra pelas lentes do comum, é importante considerar que existem duas principais correntes de pensamento sobre o tema. De um lado, a perspectiva liberal, exemplificada pelos trabalhos da cientista política Elinor Ostrom, que foca na gestão eficiente daquilo que a teoria econômica define como bens comuns. Trata-se de bens que se esgotam com o uso, mas é difícil ou custoso controlar esse uso, como é o caso do estoque de peixes em um rio, uma floresta ou um parque urbano.

Tradicionalmente defendia-se que, sem controle do Estado ou do mercado, tais bens estavam fadados a se esgotar com o tempo. Ostrom dedicou sua carreira a demonstrar empiricamente o contrário: estudou incontáveis comunidades ao redor do mundo que eram capazes de gerir recursos naturais de forma sustentável, sem a necessidade de intervenção estatal ou privatizada (Ostrom, 1990).

Apesar de seu trabalho ser essencial para o campo, a abordagem de Ostrom não questionou diretamente a estrutura capitalista que perpetua as desigualdades no acesso a recursos. Sua visão se alinha à teoria econômica neoclássica da ação racional, que pressupõe que o Estado e o mercado podem ser formas igualmente viáveis para lidar com certos desafios. Nesse sentido, a autogestão ou a gestão comunitária não são entendidas como algo inerentemente recomendável, mas sim a solução mais eficiente em determinadas circunstâncias, sem necessariamente desafiar as fundações da propriedade.

Por outro lado, a perspectiva crítica do comum, defendida por autores como Hardt, Negri, Dardot e Laval e Silvia Federici, vai além da ideia de gestão dos “bens comuns”. Para eles, o comum é um princípio e uma prática política radicalmente anticapitalista. Não se trata de lidar eficientemente com recursos que são “comuns por natureza”, mas de construir práticas de produção, compartilhamento e cuidado que privilegiem o coletivo, convertendo esses recursos em comuns.

Nesse contexto, Dardot e Laval (2017) vão dar ênfase ao direito, e reforçar que o comum é aquilo que institui o inapropriável. Ou seja, é o conjunto de normas, coobrigações e direitos definidos coletivamente e que garantem que um rio, um pasto, uma porção de terra ou um conhecimento, não possa ser apropriado. Ou seja, que não se torne propriedade, seja ela pública ou privada.

Já Hardt e Negri (2016) dão ênfase às práticas de produção, especialmente dos bens imateriais, cada vez mais relevantes no momento atual que eles chamam de “capitalismo cognitivo”. Para os autores, o comum é produzido pela multidão — um coletivo diverso que inclui trabalhadores precarizados, mulheres, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos marginalizados. Esse coletivo não apenas resiste à exploração capitalista, mas também cria novas formas de organização e produção, cada vez mais fluidas e colaborativas. Para eles não importa muito o direito sobre um bem, desde que a propriedade (em sua forma pública ou privada) se abra ao uso comum a partir de diversas práticas de compartilhamento.

A análise de Silvia Federici (2022), por sua vez, oferece uma contribuição crucial ao destacar o papel das mulheres e do trabalho reprodutivo na produção e preservação dos comuns. Ela argumenta que o trabalho de cuidado, historicamente realizado por mulheres e não remunerado, é essencial para a reprodução social e para a manutenção dos laços comunitários.

Para Federici, a luta pelo comum passa pela comunalização do trabalho reprodutivo e pela criação de novas formas coletivas de vida, que rompam com a divisão imposta pelo capital. Nesse sentido, ela defende a propriedade compartilhada das riquezas naturais e sociais, destinada ao uso de todos os integrantes (igualdade de acesso dentro das comunidades) e indisponível para venda.

Apesar de olharem de maneiras distintas para a propriedade, podemos observar que existem convergências entre os autores, que podem ser aplicadas diretamente às práticas de luta pela terra. Para eles, transformar a terra em um comum, passaria pelos seguintes elementos:

- Primazia do uso sobre os demais direitos. Quem usa a terra, portanto, deve ter mais voz de governo sobre ela do que alguém que tem seu título;
- Relações de cuidado e cooperação entre pessoas “usuárias”;
- Processos profundamente democráticos de construção de regras e normas de uso, bem como a possibilidade de rever essas regras;
- Participação das pessoas nos processos políticos mais amplos de construção de direitos, que extravasam um território.

Se olharmos exclusivamente para um âmbito local, esses pontos se assemelham às prescrições da Ostrom de governança e autogestão. Dardot e Laval, Hardt e Negri e Federici, contudo, nos levam um passo adiante: o comum não é uma questão local, de eficiência de uso, mas uma construção política mais abrangente, uma experiência mais radical de democracia. O fim último não é apenas o de preservar os “bens”, mas o de alcançar a justiça social, reinventando novos modos de vida.

Percebemos, portanto, que o acesso à terra dentro da lógica da propriedade capitalista não basta. Tornar a terra um comum envolve a construção de relações de cuidado, cooperação e autodeterminação. O livro “Por Terra e Território”, da Teia dos Povos, nos ajuda a contextualizar esse entendimento a partir de uma provocação para olharmos “além das cercas”.

	<b>Hardt e Negri</b>	<b>Dardot e Laval</b>	<b>Federici</b>
<b>Problemática do capitalismo contemporâneo</b>	Capitalismo descentralizado, fluído, imaterial, que se infiltra no trabalho e também na vida cotidiana, apropriando valor das subjetividades.	Capitalismo como uma racionalidade (da competição e apropriação privada), que permeia todas as esferas da sociedade.	Novos cercamentos: a globalização e a evolução tecnológica aumentam o limite do que é possível cercar, a terra, o alto-mar, o espaço, os genes dos animais, nosso próprio corpo.
<b>Vias de superação do capitalismo</b>	A produção do comum: apesar de necessária ao capital, ela potencializa a autonomia dos trabalhadores (ênfase no trabalho imaterial).	A instituição do comum: o processo de criar e revisar normas, e tomar decisões para tornar comuns os bens naturais, as riquezas materiais, o conhecimento, etc.	A comunização da reprodução: a criação de novas formas de vida, em que todo trabalho de criar e cuidar de seres humanos seja realizado de forma coletiva.
<b>Definição de comum e desdobramento nas lutas.</b>	O comum é, ao mesmo tempo, as riquezas materiais e imateriais (produções sociais), a nova forma de organização social da multidão, e, principalmente, um novo modo de produção. Aqui a ênfase são as lutas da multidão para se reapropriar do comum.	O comum é a práxis que institui o inapropriável. É dessa atividade que surgem os "bens" comuns (que podem ser a terra, as florestas, o conhecimento, qualquer coisa que se queira "comunar"). Aqui a ênfase é o processo instituinte, a criação de um direito do comum.	Os comuns aparecem como relações sociais, modos de vida coletivos, produto da prática política de luta contra os cercamentos. Aqui a ênfase são as lutas por autonomia, autogoverno e cooperação nas práticas cotidianas de reprodução.
<b>Novas formas de propriedade</b>	Abrir a propriedade (em sua forma pública ou privada) ao uso comum a partir de formas diversas de compartilhamento.	Decidir quais coisas serão inapropriáveis, instituindo um direito de uso expandido que impeça o direito ao capital (ou o direito de alienar, consumir, estragar, modificar).	Propriedade compartilhada das riquezas naturais e sociais, destinada ao uso de todos os integrantes (igualdade de acesso dentro das comunidades), e indisponível para venda.

**Quadro 1.** Matriz comparativa entre Hardt & Negri, Dardot & Laval e Federici. Fonte: elaborado pela autora.

Quando pensamos em território, não estamos falando de um quadrado ou uma demarcação com determinado aspecto. Estamos falando de um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância da vida. É o que chamamos de para além da cerca. Então, não basta que alguém conceda terras (...) que depois serão compradas pelo agronegócio (...) O que queremos são territórios, lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes, tudo possa ser respeitado e cuidado. Se continuarmos a lutar a partir das cercas, elas seguirão nos separando, nos dividindo (Ferreira e Felício, 2021, pp. 43-44).

Os povos tradicionais nos dizem que o território não é apenas um pedaço de terra, mas um espaço de vida, de resistência e de abundância coletiva. A luta pelo território é, acima de tudo, uma luta contra a lógica de apropriação da natureza e de cercamento da vida e das relações sociais.

## Referências

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FEDERICI, S. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. Editora Elefante: São Paulo. 2022.

FERREIRA, J; FELÍCIO, E. **Por Terra e Território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

HARDT, M; NEGRI, A. **Bem-estar Comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

OSTROM, E. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. New York: Cambridge University Press, 1990.



# A memória negra do Quilombo Saracura: lutas pelos comuns frente as práticas de planejamento territorial da cidade de São Paulo



Claudia Alexandre\*



Newton Massafumi Yamato\*\*



Marcelo Aversa\*\*\*

\*Jornalista em São Paulo;

\*\*Professor de Arquitetura na Escola da Cidade;

\*\*\*Pós-doutorando IEE/USP.

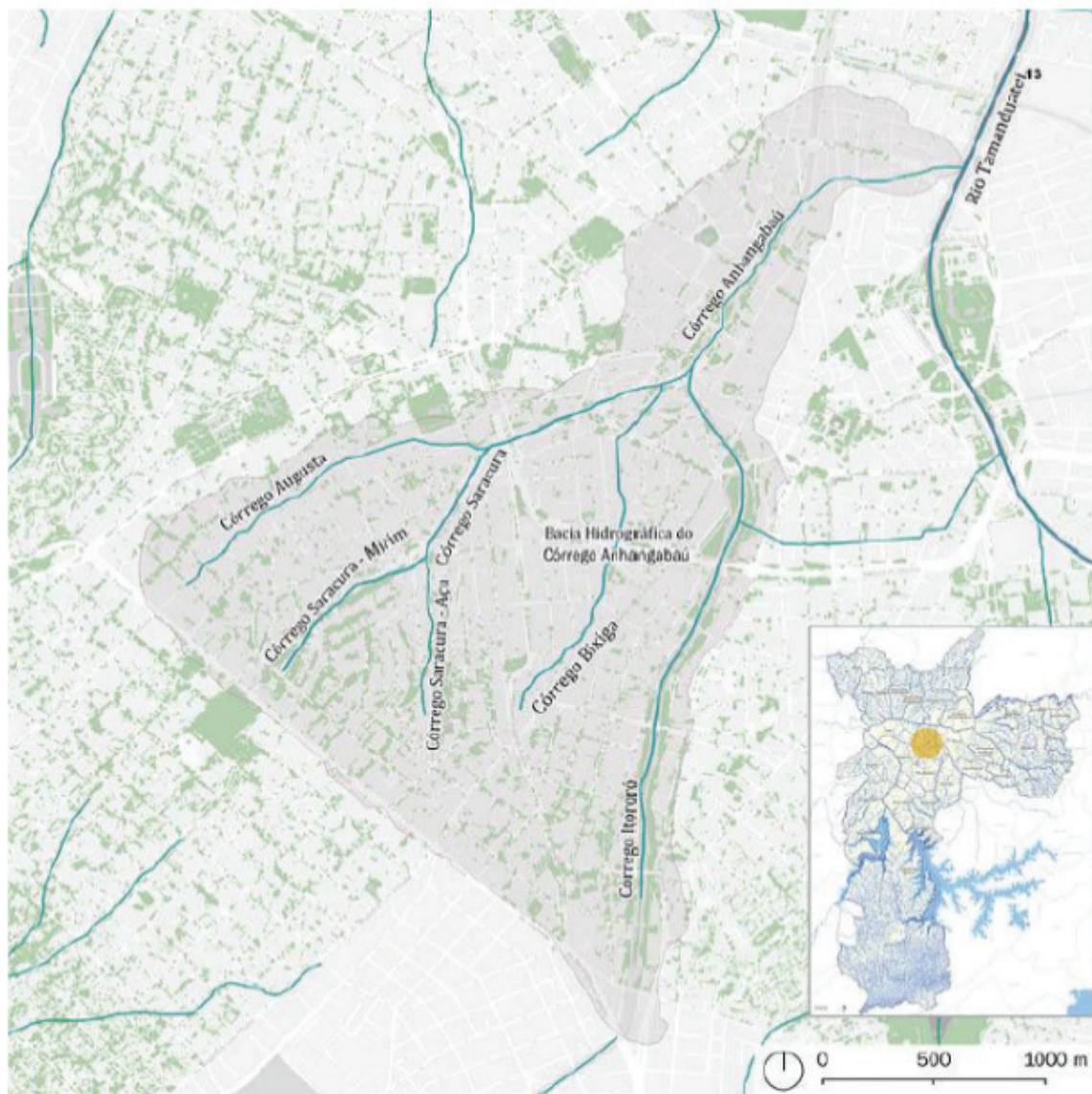
**Palavras-chave:** memória negra; planejamento territorial; comum; Bixiga.

**Resumo:** A historiografia paulistana moldou a região do Bixiga de forma a apagar os trajetos da ocupação de famílias negras, que tinham o Rio Saracura como elemento central de sobrevivência e de práticas tradicionais. Entre os vários coletivos e movimentos sociais existentes no Bixiga, é possível discutir como as práticas discursivas do “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai” se apresentam conforme um agir comum em defesa do patrimônio cultural negro deste território, de maneira a se associar às reivindicações históricas por um planejamento urbano que viabilize a permanência da população afrodescendente, a paisagem das grotas do Saracura e a implantação de infraestruturas que não invisibilizem a memória negra do Bixiga.

O território do Bixiga pode ser compreendido pela Bacia Hidrográfica do Rio Anhangabaú formada pelos Córregos Bixiga, Itororó, Saracura Açu e Saracura Mirim, com nascentes no espigão central da cidade de São Paulo, também denominado Caaguaçu (Mata Grande) pelos indígenas, antes de se tornar a Avenida Paulista (Figura 1). Nesta alta colina, importante divisor de águas, há inúmeras nascentes e córregos tamponados desde o final do século XIX, que vertem em direção aos rios Pinheiros e Tietê.

Frente ao processo de gentrificação provocado pelas políticas de planejamento territorial, que cederam às pressões de incorporadoras em busca de empreendimentos em áreas de alto valor da terra, este artigo destaca as práticas discursivas do Movimento “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai”, ao realizarem ações voltadas à defesa da memória negra do Bixiga e do Rio Saracura.

A correlação de forças que se estabelece na paisagem e na cultura do território negro do Bixiga é compreendida como um processo de constituição do comum em relação às lutas e práticas pelo planejamento do território, que resultam de um agir comum por aquilo



**Fig. 1.** Bacia do córrego Anhangabaú, formado pelos córregos Itororó, Bixiga, Saracura-açu, Saracura mirim, Augusta e Anhangabaú. Fonte: Yamato (2023, p. 34).

que é indisponível e inapropriável (Dardot; Laval, 2017, p. 252). Pelo menos dois principais caminhos para o planejamento territorial se cruzam na correlação de forças entre, de um lado, as ações do poder público e dos proprietários de imóveis e incorporadoras e, de outro, as contracondutas desses movimentos sociais. Este artigo concebe e analisa os conflitos territoriais por meio de uma abordagem crítica sobre as formas de apropriação da natureza, dos espaços públicos e das propriedades públicas pela ordem dominante da sociedade neoliberal (idem, p. 60). Assim, pode-se conceber os novos ‘comuns’ como alternativas concretas à abstração do direito de propriedade para além das definições do que seja exclusivamente a propriedade pública e a propriedade privada (idem, p. 245).

São lutas cujos sentidos comuns cruzam as práticas neoliberais de mercantilização da terra e de apagamento das memórias tradicionais e comunitárias deste território. Tais saberes formam o discurso nas frestas da hegemonia mercantil do território, não somente como um caminho “alternativo”, mas também como reposicionamento estratégico, aberto as possibilidades, daquilo que foi negado historicamente, razão pela qual é um discurso decolonial (Rufino, 2019, p. 54).

## Memória negra do Bixiga

O bairro do Bixiga ocupa um território na cidade de São Paulo que está em constante disputa desde o final do século XIX, quando começam os registros de habitação humana por ali. Local descrito como esconderijo e passagem de negros e negras que se abrigavam nas matas densas, baixadas e ladeiras, no período da escravização para ganharem a liberdade, se embrenhando em direção às cidades litorâneas, sempre teve como referência o rio Saracura.

Com as proximidades da abolição da escravatura em 1888, o lugar passou a abrigar o Quilombo do Saracura, o mais antigo (talvez o único), e desprezado espaço de sociabilidade negra da formação social da cidade de São Paulo. Porém, até hoje, a memória oficial tem como marco a imigração italiana, soterrando, assim, memórias indígenas, negras e, até mesmo, da ocupação portuguesa. Os primeiros loteamentos da área semirural, em meados do século XVI, abrigava sítios e chácaras de propriedade de portugueses como Antônio Pinto, que comprou a Chácara das Jabuticabeiras (antigo Sítio Capão), que foi adquirida por Antônio Bexiga, em 1820, muito lembrado por ter inspirado o nome do bairro, devido as marcas no rosto deixadas pela varíola. A chácara do Bexiga foi a primeira ser loteada e vendida para italianos que só começaram a chegar por a partir de 1886, vindos majoritariamente da região sul da Itália, como os calabreses devotos de Nossa Senhora Achiropita.

O Bixiga negro. O distrito da Bela Vista, transformado em Bixiga pelos imigrantes italianos é na verdade um lugar onde o povo negro construiu uma identidade peculiar no famoso bairro paulista ao som de tambores, futebol, batucadas, macumbas e candomblés. Alguns traços dessa ancestralidade que emergiram recentemente ao som das máquinas da obra da futura estação do metrô têm provocado a luta por um passado, que até pouco tempo estava sob a guarda dos sambistas da Escola de Samba Vai-Vai e seus orixás guardiões – Exu e Ogum, que foram despejados daquela encruzilhada, entre as ruas São Vicente, Cardeal Leme e Lourenço Granato, justamente (ou injustamente) no projeto de construção da Linha 6 - Laranja.

A água, a terra, os animais e toda a produção comunitária são elementos indispensáveis de cura, de guarda de energia vital (axé) e de trocas materiais e espirituais, num constante compartilhar entre homens e deuses. O modo de vida dos grupos negro-africanos, principalmente entre os séculos XIX e XX, onde tudo estava interligado - nascimento, vida, morte, corpo e espírito, foi fundamental para que mantivessem através de rituais, batuques e rezas a memória ancestral e a transmissão de saberes e fazeres, que de certo modo garantiu a sobrevivência no lugar.

Das manifestações culturais são marcantes na história do bairro, as rodas de capoeira (tiririca e pernada), as irmandades religiosas, festejos, ritos fúnebres, rodas de samba, cordões carnavalescos, da Escola de Samba Vai-Vai e da Festa de Santa Cruz, que sucumbiu à chegada da Festa de Nossa Senhora Achiropita (Alexandre, 2017), que mais tarde absorveu as celebrações da Pastoral Afro e as missas afros.

No início do século XX eram as festas em louvor à Nossa Senhora do Rosário, da irmandade negra de mesmo nome, que reuniam homens e mulheres pelas ruas do centro da cidade, saídos também da região do Saracura, onde chamava a atenção os elementos tradicionais que eram exibidos nas procissões que rumavam para o largo, onde cantavam e dançavam

ao som de tambores africanos. Pelas ruas o grupo ia deixando garrafas de cachaça e comendo dos quitutes que mulheres negras ofereciam em seus tabuleiros.

Na região da Bixiga também havia terreiros de batuques de umbanda e candomblé. No início da década de 60, um candomblé de tradição omolocô foi invadido pela polícia na Rua Conselheiro Ramalho e atabaques e imagens de santos foram quebradas pelos soldados. Os moradores mais antigos dizem que a denúncia partia geralmente dos vizinhos que reclamavam do barulho. É do famoso samba da década de 80, “Tradição” de Geraldo Filme (1927-1995), cantor e compositor da Vai-Vai, que se eternizam e se renovam as questões urgentes que ocultam uma cidade de origens negras: “O samba não levanta mais poeira/ asfalto hoje cobriu o nosso chão/lembranças eu tenho do Saracura/ saudades eu tenho do nosso cordão/ Bixiga hoje é só arranha céu/ e não se vê mais a luz da lua/ mas o Vai-Vai está firme no pedaço/ é tradição e o samba continua...”.

## Das práticas discursivas do movimento Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai

Está sob a sede da Vai-Vai, desalocada para abrigar o canteiro de obras da linha laranja do metrô, um dos fios condutores da história que se pretendeu apagar: “está ali, adormecida e até pouco tempo resguardada pela quadra da Vai-Vai, parte dos nossos saberes, religião e da história da comunidade negra do Bixiga, da qual o próprio Vai-Vai é expressão” (Mobiliza Saracura Vai-Vai, 2022). O Movimento iniciou suas atividades logo do conhecimento dos achados do sítio arqueológico, tendo realizado o seu primeiro grande ato em 02 de julho 2022 na Praça 14 Bis, em frente (Figura 2, terceira imagem).



**Figura 2.** Res(ex)istência negra na Vai-Vai. Fonte: da esquerda para a direita: fotos 1 e 2 do Instituto Bixiga (<https://shre.ink/gGaJ>); foto 3 Mobiliza Saracura Vai-Vai (<https://shre.ink/gGaV>).



É um território de disputa contra a forma de instalação de infraestruturas que não preservam, mas apagam a história inscrita na relação entre espaço, Natureza e produção da vida dos povos que ali ocuparam. A preservação dos achados arqueológicos, a definição do nome da Estação Saracura Vai-Vai no lugar da estação 14 Bis e a luta por projeto de educação popular patrimonial compõem as principais ações, como práticas discursivas deste movimento.

Sob o asfalto da encruza das Ruas São Vicente, Dr. Lourenço Granato e Cardeal Leme, corre o Rio Saracura Açu que se faz presente quase sempre nos períodos de chuvas transbordando das galerias (Figura 3, terceira imagem). Com as chuvas de 06 de março de 2024, o Rio Saracura mostrou mais uma vez sua força nos três pontos de instalação dos canteiros de obras da linha laranja do Metrô: no canteiro de obras da Praça 14 Bis (nas ruas Manoel Dutra e Cardeal Leme); no canteiro da Rua Paim; e, no patrimônio da encosta verde tombada da rua Almirante Marques de Leão, onde está prevista a construção de uma saída de ar da estação (Instagram: @estacaosaracuravaivai).



**Figura 3.** A visibilidade do Rio Saracura na encruza dos achados arqueológicos. Fonte: da esquerda para a direita: primeira e terceira imagem do Instagram. @estacaosaracuravaivai (<https://shre.ink/gGQK> e <https://shre.ink/gG2x>); e segunda elaboração dos autores do Geosampa.

A instalação de infraestruturas de drenagem, de viário e agora de expansão do Metrô, como práticas discursivas hegemônicas, expressam o modo paulistano de urbanização de que “São Paulo não pode parar”. Sob este regime de verdade é que as relações hidrossociais são constituídas e constituintes do governo das águas, segundo a regularidade discursiva do risco de morte pelo não acesso às águas: seja na paisagem, seja na memória negra, seja na precariedade do acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário (Aversa, 2023, p. 188).

## Conclusão

A trajetória hegemônica da constituição do território do Bixiga serviu para construir narrativas que apagaram a existência do Quilombo Saracura e as raízes negras do bairro, que persistem graças as tradições e africanidades que se mantêm tensionando as narrativas hegemônicas.

O movimento Mobiliza Saracura Vai-Vai se organizou para enfrentar as práticas governamentais e do mercado imobiliário, por meio de lutas pela memória negra, que se alinham às lutas pela paisagem e pela cultura que, num processo contínuo de embates históricos, são constituintes do território do Bixiga. Por mais que as infraestruturas e os modos de habitar a cidade de São Paulo apontem para uma forma hegemônica de separação entre ser humano e Natureza, o samba da Vai-Vai, a roda viva do Teatro Oficina, a permanência resiliente dos afrodescendentes no território, os afloramentos de seus Rios por grotas e calçadas, os sagrados achados arqueológicos do Quilombo Saracura, todo um território chamado Bixiga a explicitar os seus discursos: “reparação histórica é direito do povo negro e dever do Estado! Por direito à verdade, à memória e à Justiça” (Mobiliza Saracura Vai-Vai, 2022).

## Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, C. R. **Orixás no Terreiro Sagrado do Samba** - Exu e Ogum no Candomblé da Vai-Vai. Rio de Janeiro: Editora Aruanda, 2021.

AVERSA, M. **Governamentalidade liberal conservadora das águas na metropolização de São Paulo**: o risco de morte pelos fluxos das águas como método de análise histórica dos ciclos hidrossociais. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2017.

MOBILIZA SARACURA VAI-VAI. **Manifesto Saracura Vai-Vai**: Sankofa: Metrô no Bixiga é Saracura/Vai-Vai! São Paulo: 2022. Disponível em <<https://shre.ink/g368>> . Acesso em 24 out 24.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

YAMATO, N. M. **Leitura socioambiental da microbacia do córrego Saracura açu, Bixiga, São Paulo/SP**. 2023. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.



**ENG  
AJA  
MEN  
TO**

# Alternativas agroecológicas nos territórios: a construção de comuns e a autonomia das mulheres



Natália Lobo\*



Renata Reis\*

**Resumo:** Neste artigo traçamos relações entre os comuns, o feminismo e a construção de alternativas agroecológicas. Essas experiências constroem soberania alimentar, espaços de socialização e autonomia para as mulheres trabalhadoras. Escrevemos a partir de experiências concretas de resistências agroecológicas em múltiplos territórios em que estamos presentes com a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Marcha Mundial das Mulheres. Apresentaremos nossa visão sobre o comum, que parte de uma perspectiva feminista, descrevemos as experiências agroecológicas e feministas de que participamos, de onde nascem muitas elaborações, sonhos e conquistas coletivas.

**P**ara as mulheres, “comum” não é um adjetivo usado apenas para se referir a coisas. É também um substantivo, um princípio que organiza uma visão política. Essa perspectiva é compartilhada entre o movimento feminista e outros sujeitos políticos em luta ao redor do mundo (Dardot; Laval, 2017).

Não são só a terra, os recursos, os objetos ou os espaços que podem ser comuns a mais de uma pessoa. Para nós, a palavra também se refere à vida e ao trabalho. É nesse sentido que as estudiosas feministas do comum tecem suas análises sobre cozinhas, hortas, mutirões de trabalho e cuidado coletivo com as crianças e idosos. O comum pode ser uma prática da vida coletiva e um princípio político de redistribuir o trabalho doméstico e de cuidados para tirar a sobrecarga das mulheres.

Neste artigo, pretendemos traçar algumas relações entre os comuns, o feminismo e a construção de alternativas agroecológicas no campo e na cidade. Essas experiências constroem soberania alimentar, espaços de socialização e autonomia para as mulheres trabalhadoras. Escrevemos a partir de experiências concretas de resistências agroecológicas em múltiplos territórios em que estamos presentes com a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Marcha Mundial das Mulheres.

\*Ativistas na Sempreviva Organização Feminista - SOF

**Palavras-chave:** Comum; feminismo; agroecologia.

Para começar, apresentaremos nossa visão sobre o comum, que parte de uma perspectiva feminista. Em seguida, descreveremos as experiências agroecológicas e feministas de que participamos e de onde nascem muitas elaborações, sonhos e conquistas coletivas. Para concluir, traçamos algumas relações entre os comuns e a resistência das mulheres nos territórios.

## **Avisão feminista dos comuns e as experiências concretas**

Autoras e autores como Miguel Vieira Said (2016) atentam para a importância de analisar a gestão dos bens comuns a partir da comunidade que cuida destes bens. Para ele, os bens comuns só podem ser preservados e reproduzidos quando existe uma comunidade que tem este princípio imerso em seus laços sociais. Essa elaboração ganha corpo em uma palavra de ordem de movimentos sociais em defesa do comum: “não existe comum sem comunidade!”.

Silvia Federici (2014) traça um caminho no mesmo sentido. Ela aponta que o comum só existe quando há um modelo social cooperativo para a reprodução da vida cotidiana, onde ela se torna uma questão política e coletiva, não individual. As mulheres são as principais sujeitas a manter formas de produção e reprodução comum ao redor do mundo, como as agricultoras africanas, que produzem 80% dos alimentos que a população do continente consome. O mesmo acontece nas cidades, onde a maior parte das experiências de agricultura urbana nas periferias são lideradas por mulheres. Isso remete à própria criação do sistema capitalista, onde as mulheres foram linha de frente contra os cercamentos que deram início à propriedade privada ao redor do mundo. Para a autora, a relação das mulheres e dos povos com os comuns deveria estar no centro da luta política da esquerda contra o sistema capitalista.

De maneira mais geral, a esquerda não colocou a questão de como reunir os muitos bens comuns que estão sendo defendidos, desenvolvidos e são objeto de luta, para que possam formar um todo coeso e fornecer a base para um novo modo de produção. É nesse contexto que uma perspectiva feminista dos Comuns é importante, porque ela começa com a consciência de que, como sujeitos principais do trabalho reprodutivo, historicamente e em nosso tempo, mais do que os homens as mulheres dependeram do acesso a recursos naturais comunitários, foram mais penalizadas por sua privatização e estiveram mais comprometidas com sua defesa (Federici, 2018).

As mulheres estão permanentemente criando e reproduzindo comuns. Quando as condições de vida se tornam mais precárias, essa forma de organizar a vida coletiva se torna ainda mais necessária. Durante a pandemia de Covid-19, vivenciamos um exemplo concreto da construção

concomitante de resistência e alternativas. No Brasil, as militantes da Marcha Mundial das Mulheres se articularam com outros movimentos sociais e organizaram diversas ações de solidariedade para combater o aumento da precarização da vida naquele período. O cultivo de hortas comunitárias e cozinhas solidárias para preparo coletivo de alimentos fez parte da ação política do movimento.

Em alguns locais, esse modo de organizar as mulheres em torno da coletivização da produção e reprodução da vida se tornou permanente. Temos como exemplo a organização das mulheres no Rio Grande do Sul. Na pandemia, o movimento criou uma horta comunitária e uma cozinha solidária no Morro da Cruz, na periferia de Porto Alegre. Essa organização se solidificou, teceu alianças com outros movimentos, se tornou permanente e foi fundamental durante as enchentes que ocorreram em 2024, garantindo a alimentação de até mil pessoas por dia<sup>1</sup> (Ceregatti, 2024).

A criação e reprodução dos comuns também está na forma como as mulheres constroem e compartilham os conhecimentos. Enquanto realizam trabalhos coletivos, como o manejo de uma horta ou um mutirão em um espaço comunitário, compartilham maneiras de fazer e socializar esse trabalho. Essa característica também está presente em processos de elaboração sobre como tem sido a auto-organização, como em reuniões avaliativas e espaços de reflexão sobre as experiências vivenciadas por elas. Nestes espaços elas compartilham as ferramentas que têm usado para organizar as mulheres e construir suas ações, para que outras companheiras possam usar, adaptar ou se inspirar.

O processo de formação política também gera reflexões importantes sobre a construção de conhecimento de maneira coletiva. Os ciclos de formação “Alternativas Feministas e Agroecológicas”, realizados pela SOF em parceria com instituições de ensino e grupos feministas, combina a experiência da organização em educação popular e feminista com a pedagogia da educação no campo formalizada em instituições de ensino. As atividades promovem intercâmbios em territórios rurais, urbanos, quilombolas e indígenas. As experiências dessa formação nos fazem reafirmar cada território e seus sujeitos políticos como criadores de resistências, lutas e alternativas no processo cotidiano de produzir a vida. Essa produção tem como base a agroecologia, a organização das mulheres e o antirracismo.

Um dos objetivos desse processo de formação é promover a transformação das pessoas participantes e de suas realidades. Há um fortalecimento das experiências territoriais ao conectar lideranças e promover a articulação entre elas. Somado a isso, observamos que, durante esse processo, as pessoas envolvidas se sentem convidadas a

---

1. Para saber mais sobre a construção de resistência das mulheres no Rio Grande do Sul, ver: o artigo “Mulheres na reconstrução do Rio Grande do Sul com feminismo e justiça socioambiental” (Ceregatti, 2024).

experimentar uma participação como sujeito. Não se limitam como observadoras das experiências dos territórios:

Ir para o intercâmbio me fez refletir sobre a minha relação com a comida e toda a cadeia de produção. Sempre fiquei preocupada em sobreviver e percebi que nunca tinha pensado o que eu comia. Me permiti ser cuidada pela agricultora Dona Francisca e não lembrava que era bom receber afeto e percebi o quanto estava cansada. Me questionei sobre o meu papel e como posso contribuir daqui para frente (Participante do curso, depoimento de 2024)

A aproximação de estudantes do ensino médio e da graduação, assim como das professoras e dos professores do ensino fundamental, técnico e universitário, contribui para a participação comunitária e para o compartilhamento de saberes que ampliam o conhecimento produzido por essas instituições. No fazer dos encontros, tomamos consciência das potencialidades presentes nos espaços, como a diversidade de uma horta em um dos campi do Instituto Federal e a necessidade de catalogar as espécies cultivadas ali. Com essa junção de conhecimentos e experiências, construímos nosso repertório com objetivo de consolidar territórios mais livres para os povos, para as mulheres e para a natureza. Um território comum.

## Referências

CEREGATTI, Alessandra. **Mulheres na reconstrução do Rio Grande do Sul com feminismo e justiça socioambiental**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/16/mulheres-na-reconstrucao-do-rio-grande-do-sul-com-feminismo-e-justica-socioambiental>. Acesso em: 21 nov. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**. São Paulo: Boitempo, 2017.  
FEDERICI, Silvia. **Sobre o Feminismo e os Comuns**. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/federici-sobre-o-feminismo-e-os-comuns/>. Acesso em: 14 out. 2024.

----- O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2018.

VIEIRA, Miguel Said. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização**. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.



# O poder dos laboratórios cidadãos



Rodrigo Savazoni\*

**Resumo:** Um laboratório cidadão se destaca por agenciar pessoas e/ou coletivos em torno da produção de soluções colaborativas para a vida em sociedade. Diante de uma humanidade que pode vir a ser extinta, são espaços-rede que afirmam o comum, instituindo-o e/ou preservando-o. Disso, do invento de soluções coletivas autogovernadas, depende a realização do potencial disruptivo dessa ideia-força, que já se mostrou bem-sucedida tanto em pequena escala como globalmente. Este artigo apresenta o conceito de laboratório cidadão desenvolvido pelo autor em sua tese de doutorado (2023).

A partir do século XIX, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo e das ideias universalistas da modernidade ocidental escoradas na ciência, espalham-se “espaços equipados para a realização de experimentos ou procedimentos científicos, especialmente para fins de pesquisa, ensino ou análise” (Oxford Dictionary, 2023): os laboratórios. Antes, associada à alquimia, a palavra servia para denominar os ambientes de elaboração de medicamentos, elaboratórios. Ao longo do século XX, grandes investimentos públicos e privados alçaram os laboratórios e seus habitantes, os cientistas, a um lugar central da sociedade ocidental. Como pensar, por exemplo, no desenvolvimento das telecomunicações sem o Bell Labs, dos Estados Unidos da década de 1920, ou da microinformática sem o Xerox Parc, responsável pela criação da interface gráfica dos computadores, entre outros inventos?

A centralidade dos laboratórios para a vida moderna é tamanha que, nos anos 1970 e 1980, os estudos sociais da ciência e da tecnologia se voltaram a entender seu real significado sociopolítico. Latour e Woolgar (1997) desenvolvem um pioneiro estudo etnográfico de um laboratório com foco em compreender o que nele, afinal, é produzido. O século XX havia consagrado a ideia do laboratório como lugar de produção de verdades

\*Ativista do Instituto Pró-Comum.

**Palavras-chave:** comum; bens comuns; laboratórios; laboratórios cidadãos; inovação cidadã.



objetivas. A partir das proposições de Vida de Laboratório, passamos a prestar atenção menos nos resultados gerados pelo laboratório e mais no processo social de convencimento que possibilita que os enunciados produzidos sejam reconhecidos como verdadeiros. Descobrimos que o laboratório é uma fábrica de fatos e, por isso, o capitalismo age para sustentar e controlar aquilo que os cientistas produzem. Que a conexão entre a produção científica dos fatos e a economia moderna é provavelmente “bem mais profunda do que uma simples relação” (1997, p. 233).

Não à toa, Latour escreveria um capítulo de livro evocando a frase do matemático grego Arquimedes: “give me a firm place to stay and a lever and I’ll move the earth”. Ou seja, dê-me um lugar firme para ficar e uma alavanca e eu vou mover o mundo. Um lugar e um equipamento adequado = um laboratório. Latour, então, atualiza a frase: “Give me a laboratory and I will raise the world”. Ou seja, é preciso um laboratório para erguer o mundo, para, de certa forma, inventá-lo. Dentro desse lugar, específico, dissolve-se a fronteira entre o conhecimento científico e sua aplicabilidade para a sociedade. O que se faz no laboratório pode mudar a vida de todos os habitantes do planeta. Um processo que, segundo Latour, é e não é político, porque, parodiando o lema de Clausewitz, a “ciência é a política perseguida por outros significados”. Segundo ele, a política do laboratório pode ser ainda mais poderosa porque lida com aspectos “ambíguos e imprevisíveis” (1999, p. 168). O que fica dessa formulação latouriana é a compreensão da relação de absoluta imbricação entre o laboratório e o mundo capitalista tal como é.

Poderia, então, o laboratório servir ao intento oposto? Ou seja, à produção de alternativas?

A resposta é: sim.

A palavra “laboratório” vem sendo ressignificada ao longo do tempo. Conforme Gooday (2008), uma observação histórica de longa duração nos mostra que se trata de um tipo de “entidade multifária, heterogênea e mutável” (2008, p. 788). Muito mais próxima da vida cotidiana do que parte do pensamento hegemônico quer nos fazer crer. Nas duas últimas décadas do século XX, começaram a surgir inúmeros tipos de ambientes de experimentação orientados a produzir soluções para problemas sociais. Hassan (2014) caracteriza esse movimento como uma “revolução dos laboratórios sociais”.

Nos Estados Unidos, há o modelo emblemático do MIT Media Lab, que se estrutura a partir da ideia de que a única forma de resolver problemas é desenvolver soluções em parceria com as pessoas diretamente afetadas<sup>1</sup>. Na Europa, já na primeira década do século XXI, surge uma rede de *living labs* (laboratórios vivos), que buscam aplicar métodos inovadores à resolução de problemas sociais. Podemos citar também as oficinas comunitárias, como *hackerspaces*, *makerspaces* e *fablabs*, os dois últimos vinculados às possibilidades abertas pela fabricação digital.

---

1. Esse posicionamento pode ser lido no prefácio do livro *Social Labs Revolution*, de Zaid Hassan.

No Brasil, a partir dos anos 2000, localizamos o desenvolvimento de laboratórios experimentais e/ou comunitários, associados a políticas públicas de cultura digital, especialmente impulsionadas pelo governo federal. A articulação de práticas artísticas e culturais comunitárias e o uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) livres forjaram ambientes em rede muito promissores, envolvendo corpos e pensamentos não hegemônicos. Movimentos apontados por Fonseca (2014) como parte de uma cultura digital experimental que se incumbiu de desenvolver laboratórios como espaços em branco, ou seja, permanentemente reprogramáveis. Um dos principais exemplos desse fenômeno é a rede Mocambos, que se dedica a promover aproximações tecnológicas (entre saberes) nos quilombos e nas aldeias indígenas.

O conceito de laboratório cidadão também é parte dessa revolução. É uma formulação associada a construções institucionais que se desenvolveram na Espanha a partir da década de 2010. O Citilab de Cornellà de Llobregat, em Barcelona, é a primeira organização a reivindicar o título. Inaugurado em 2007, é administrado por uma fundação pública e ocupa um edifício histórico que foi reformado para abrigar o centro de inovação social. De acordo com Serra (2010), um de seus idealizadores, o modelo de laboratório cidadão emerge como uma resposta à crise econômica capitalista.

O laboratório cidadão combina a antiga ideia dos *collaboratory*, lançada nos anos 1990 em âmbitos acadêmicos, laboratórios virtuais onde os cientistas de qualquer matéria e lugar colaboram em rede, com a também antiga ideia das redes cidadãs, nas quais os cidadãos colaboram no âmbito digital para uma infinidade de usos e que, nesta década, voltaram a se popularizar com as redes sociais (Serra, 2010, online).

A partir do trabalho do Medialab-Prado (MLP), de Madri, a ideia-força do laboratório cidadão ganha alcance ibero-americano. O MLP é um caso de instituição verdadeiramente emergente. Surgiu em um porão, no Barrio de las Letras, no qual, em 2002, um grupo de artistas se juntou para promover um espaço de troca de experiências entre eles. Influenciados pela cultura digital, os pioneiros construtores perceberam a necessidade de desenhar outra governança para um centro cultural, assumindo como missão praticar de forma colaborativa a criatividade e a inovação. Ao longo dos anos, o projeto foi ganhando corpo e, a partir de 2013, passou a ocupar o edifício histórico da Serrería Belga, com 4 mil metros quadrados. Localizado entre o Museu do Prado e o Museu Reina Sofia, em um prédio totalmente reformado e equipado, o MLP passou a oferecer a seus usuários (qualquer cidadão que se sinta convocado a participar das atividades) inúmeras infraestruturas (salas de trabalho, de reunião, *makerspace*, laboratório de produção audiovisual, espaço de encontro etc.), mas, sobretudo, um ambiente de aprendizagem livre. Seu trabalho também se caracterizou por impulsionar o surgimento de instituições semelhantes em muitas localidades. Em 2021, a prefeitura

de Madri resolveu retirar o MLP do edifício da Serrería Belga. Desde então, o antigo MLP ocupa um espaço reduzido em outro centro cultural da cidade, chamado Matadero.

Parafraseando Latour, Antonio Lafuente, que foi coordenador do Laboratorio del Procomún, do MLP, exclama “dê-me um laboratório cidadão e construirei um bem comum”. Esse é o ponto-chave, a diferença crucial: o laboratório cidadão é um novo tipo de instituição do comum. Não uma fábrica de startups, como muitos ambientes de inovação almejam, adaptando pessoas e ideias ao capitalismo digital. Mas uma incubadora de comunidades, comprometida com o desenvolvimento de protótipos de cocção lenta. Um guarda-chuva (Lafuente, 2022) que cobre os comuneros, suas formas de abordar os problemas e propor soluções. Um tipo de instituição que enxerga nesses protótipos não um fim em si, mas um meio para desenvolver a inteligência coletiva e as relações colaborativas.

Sigamos a equação de Bollier (2016), aquela que diz que o comum necessita de três elementos articulados entre si: recursos + comunidade + protocolos. Nos laboratórios cidadãos, o centro cultural articula as comunidades, que, por sua vez, definem os protocolos (sendo que há uma equipe profissionalizada para auxiliar na execução dos acordos). No caso do MPL, dois eram os requerimentos principais, construídos a partir de uma cultura organizacional inspirada na cultura livre: os projetos deveriam ser hospitaleiros, ou seja, orientar-se à construção de comunidades e, justamente por isso, deveriam estar sempre abertos a que outras pessoas pudessem se somar. Os benefícios produzidos deveriam ser partilhados, jamais cercados, por meio de licenças de propriedade como GPL ou Creative Commons. A documentação dos processos sempre foi um imperativo.

A vida e a comunidade eram o principal ativo a preservar e fortalecer. A rentabilidade ou a popularidade do que fazíamos eram valores secundários. Para nós a chave era a convivialidade (Lafuente, 2022, p. 78).

Se voltamos aos estudos sociais da ciência e tecnologia, o que nos vem à cabeça quando se ouve a palavra “laboratório” é: uma sala, um prédio, um ambiente emparedado. Esse lugar, em alguma medida imaculado, da produção do conhecimento, da tecnologia, da inovação, portanto do dinheiro. Mesmo os laboratórios cidadãos citados, quase todos ocupam sedes próprias, algumas delas gigantescas. No entanto, parece consensual entre aqueles que se dedicam à experimentação ou a estudá-la que os laboratórios não são apenas espaços. Sim, são uma infraestrutura, à medida que oferecem recursos e meios aos quais seus usuários não teriam acesso de outra maneira. Mas sem as pessoas, sem redes de atores agindo, um laboratório não passa de um depósito.

O laboratório cidadão, em específico, é uma plataforma experimental autogovernada que congrega pessoas em torno de problemas reais. Pessoas que se valem das diferentes tecnologias e metodologias disponíveis e por meio delas articulam um contexto criativo e colaborativo cujo efeito é a transformação individual e coletiva, em direção do comum. O laboratório cidadão é uma interface que conecta mundos e cria condições para que as pessoas façam o necessário, realizem seus sonhos, produzam alternativas, inventem histórias. No Brasil, temos alguns casos de laboratórios cidadãos, como o LAB Procomum, em Santos (SP) e o Silo - Latitude Rural, em Rezende (RJ).

Defendo que a razão de ser de um laboratório cidadão é contribuir para a construção de um mundo comum entre os diferentes, por meio do desenvolvimento de tecnologias, metodologias e soluções inovadoras populares, com foco no cidadão e nas necessidades comunitárias. Devolve-nos o imaginário de que podemos viver juntos, em harmonia, e que

nossos conhecimentos importam. Um projeto político contemporâneo que se constrói a partir do compromisso inegociável com o diálogo (1); da ação de lideranças afetuosas (2); da articulação autoconvocada de uma comunidade ou de comunidades (3); de um processo de educação sensibilizadora e de estímulo à criatividade (4); de dinâmicas de autocuidado e cuidado mútuo (5); de relações baseadas em padrões abertos de interação, transparentes e recursivas (6); do convívio das diferenças, seus corpos, valores e saberes (7); e da circularidade dos recursos (8), ou seja, da constante retroalimentação. Uma peça a mais no grande tabuleiro das lutas em defesa da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLLIER, David. **Pensar desde Los Comunes** – Una Breve Introducción. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FONSECA, Felipe Schmidt. **Redelabs**: laboratórios experimentais em rede. 2014. Dissertação (Mestrado). [sn]. Unicamp. Campinas, 2014.
- GOODAY, Graeme. Placing or Replacing the Laboratory in the History of Science? **Isis**, v. 99, n. 4, p. 783-795, 2008.
- LAFUENTE, Antonio. **Itinerarios comunes**: laboratorios ciudadanos y cultura experimental. Ned ediciones, 2022.
- \_\_\_\_\_. Los Cuatro Entornos del Procomún. Madri. Publicação digital. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/fanetin/los-cuatro-entornos-el-procomn-antonio-lafuente>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34., 1994.
- LATOUR, Bruno; BIAGIOLI, Mario. Give me a lab and I will raise the world. **Science Observed**: Perspectives on the Social Studies of Science, p. 141-70, 1999.
- SAVAZONI, Rodrigo. A encruzilhada do comum: laboratórios cidadãos em trânsito. In: **17th IASC Global Conference**. 2019, Lima, publicação digital. Disponível em: <https://shre.ink/gMRy>. Acesso em 18 nov. 2024.
- \_\_\_\_\_, Rodrigo. **O comum entre nós**: da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Edições Sesc, 2018.
- WOOLGAR, Steve; LATOUR, Bruno. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.



# Ocupações urbanas e suas práticas cotidianas (*commoning*) como ação política



Julia Azevedo Moretti\*



Mary Jane Spink\*\*



José Agnaldo Gomes\*\*



Cris Fernández Andrada\*\*

\* Professora de Direito na FDRP/USP;

\*\*Docentes de Psicologia da PUC/SP.

**Palavras-chave:** *commoning*; direito à moradia; direito à cidade; ocupações políticas; movimentos sociais.

**Resumo:** A partir da experiência de uma ocupação no centro de São Paulo pretende-se evidenciar um caminho possível de alargamento de pautas reivindicativas e do engajamento com ideias mobilizadas pela teoria dos comuns (*commons*). Entender as ocupações por meio das práticas cotidianas (*commoning*), que envolvem a organização diária da vida coletiva e de ações políticas pela afirmação do direito à cidade, reforça um processo de coprodução de ideias e práticas de longo prazo e lança novas luzes sobre as implicações políticas das ocupações.

A palavra comum remete à dimensão do usual, algo que não tem grande destaque. Mas numa sociedade cada vez mais individualista, não é nada ordinário o reconhecimento e a valorização de experiências compartilhadas, de bens coletivos e de práticas colaborativas. Longe de ser desimportante ou corriqueiro, olhar a cidade como comum<sup>1</sup>, que serve de base para outros tantos comuns urbanos (Foster e Iaione, 2016), é medida de resistência, uma (re)conquista de territórios, de cidadania.

Entender as ocupações de imóveis urbanos a partir da lógica dos comuns urbanos é olhar para os processos, integrando, bens, comunidades e suas práticas cotidianas – *commoning* (Bollier, 2011). Como ação política (Pruijt, 2012), é importante (re)conhecer as ocupações urbanas a partir de práticas coletivas que envolvem a organização diária de atividades, com contribuição ativa dos ocupantes nas tarefas da vida coletiva e com questões do direito à cidade. Uma pesquisa recente<sup>2</sup>, contrastando experiências distintas, uma em São Paulo e outra em Barcelona (Espanha),

1. Há, na teoria dos comuns (*Commons*), uma importante questão terminológica não resolvida - *common*, *comuns*, *bens comuns*, *bem comum*, são conceitos disputados e ligados a múltiplas abordagens.

2. O projeto “A gestão na perspectiva do *commoning*: as ocupações Can Masdeus (Barcelona) e Conselho Carrão (São Paulo) como estudos de caso” recebeu auxílio financeiro PIPRINT da PUC-SP e coordenado pelos professores doutores Mary Jane Paris Spink e Lupicínio Iñiguez-Rueda.

evidenciou a importância de entender as práticas de *commoning* como um processo de coprodução de ideias e práticas de longo prazo, capaz de gerar e sustentar comunidades e comuns. Apresenta-se aqui parte da pesquisa realizada em São Paulo, disponibilizando-se o material ([https://issuu.com/jamoretti/docs/ocupa\\_o\\_oswald\\_de\\_andrade](https://issuu.com/jamoretti/docs/ocupa_o_oswald_de_andrade)) preparado para que moradores e movimentos sociais possam dialogar com a literatura sobre os comuns e, eventualmente, apropriar-se de seus conceitos para as lutas pelo direito à cidade e à moradia.

As ocupações políticas, conforme tipologia proposta por Pruijt (2013), têm um potencial de confrontação com o Estado. São ocupações que desafiam o modelo dominante de desenvolvimento urbano e, ao fazê-lo, criam formas alternativas de organização social em benefício de uma comunidade. Aqueles que participam das ocupações políticas se engajam em práticas coletivas que envolvem conhecimentos, habilidades, sentimentos compartilhados. A ocupação é prática transformadora que envolve auto-organização para a gestão coletiva de bens e recursos. Ocupar pode ser uma maneira pela qual comunidades criam e organizam espaços utópicos cotidianos, desafiam normas de vida na cidade e afirmam um direito político.

Os comuns urbanos constituem formas de desafiar os modos dominantes de produção do espaço urbano e contribuem para a criação de cidades mais justas. As ocupações, tal qual os comuns urbanos, estão ligadas ao direito a cidade, com suas dimensões participativa e distributiva - acesso a bens e serviços urbanos, materiais ou imateriais (Moretti, 2021).

Entender as práticas cotidianas (*commoning*) nas ocupações é uma questão relevante para avançar na reflexão sobre os comuns urbanos. O ato de ocupar demonstra como a luta por moradia articula diferentes escalas interdependentes, desde uma dimensão individual, que envolve o atendimento das necessidades básicas de habitação, até uma dimensão coletiva. Esta dimensão coletiva repousa sobre desigualdades e requer (a) práticas colaborativas, (b) experiências de coprodução e (c) cogestão de territórios articulada com as ações do Estado (políticas públicas). Essas dimensões inter-relacionadas legitimam, protegem e respeitam os ocupantes. As ocupações, com suas práticas cotidianas, demonstram vivamente o funcionamento dos comuns, com suas limitações e possibilidades. Dardot e Laval (2017) enfatizam o princípio político: os comuns não se referem a um bem ou recurso pré-existente; em vez disso, são produzidos através de sua instituição como ideia e prática em processos de contestação política. Essa ênfase no verbo, na ação coletiva instituinte, permite que as ocupações sejam vistas como formas de *commoning*.

A ocupação Oswald de Andrade está situada na região central de São Paulo, na Rua Conselheiro Carrão, 202. O prédio foi ocupado várias vezes pelo movimento de moradia desde o início dos anos 2000. Finalmente, em 2014 foi ocupado pela Inclusa, movimento ligado à Frente de Luta por Moradia (FLM); atualmente serve de moradia para 120 pessoas.

Sua localização central permite o acesso a uma pluralidade de bens e serviços urbanos: saúde, educação, cultura, oportunidades de trabalho entre outros. A permanência das famílias mostra que as ocupações deixam de ser mera denúncia à existência de imóveis ociosos: se consolidam como opção de moradia e estruturam novas formas de viver. Uma estratégia que integra uma luta política mais ampla, que utiliza a lei como justificativa para legitimar-se. Ocupar é exercer o direito à moradia e dar cumprimento à função social da propriedade. Com o estabelecimento das famílias, forma-se uma complexa e dinâmica gestão colaborativa, baseada na realidade e nas necessidades do território, extrapolando questões mais estritas de habitação para envolver gestão de risco, segurança alimentar, condições de vida etc.

Na pesquisa em questão, foram realizadas entrevistas com moradores/as, orientadas por uma linha do tempo, com o objetivo de compreender o envolvimento com a luta do movimento social de moradia, as rotinas diárias de gestão e cuidado coletivo e as expectativas futuras. As respostas revelam aspectos importantes a partir de questões como: mecanismos de acesso, tarefas cotidianas, gestão coletiva, manutenção e solidariedade.

Os moradores têm que conquistar o direito de fazer parte da ocupação: o acesso se dá pelo envolvimento com o movimento de moradia, sendo um requisito participar da formação de base, que propicia que as pessoas já venham *“com essa consciência. Ela já vem com a consciência de que é coletivo, que existe uma organização, né?! (...) E, principalmente, vai entender que o ato da ocupação é um ato político”* (Entrevista 1). Garantido o acesso, a participação em todos os processos decisórios é uma constante e tem uma característica interna (participar na manutenção do prédio, nas tarefas cotidianas) e externa (participar nas assembleias e atos do movimento de moradia).

As tarefas diárias são um aspecto chave das práticas de commoning e envolvem obrigações básicas, como a limpeza. Os comuns urbanos não são dados, são construídos com esforços cotidianos compartilhados, a partir dos quais nasce um senso de pertencimento capaz de transformar tarefas entediadas em medidas de solidariedade: há representantes por andar, responsáveis por organizar a escala de tarefas, mas *“a gente se organiza junto. Então, vê o horário que cada um pode, o horário que o adulto tem disponível, no caso, o representante da família. Se não puder e tiver uma outra pessoa que possa, ela pode fazer”* (Entrevista 2)

A gestão coletiva envolve a formação de uma associação que supervisiona responsabilidades formais, como pagamento por serviços (ex. manutenção do elevador) e contratação dos grandes reparos que precisam ser realizados no prédio. A Associação em Defesa dos Direitos Humanos Edifício Oswald de Andrade foi formalizada em 2018 e seu estatuto define objetivos muitos dos quais têm um sabor mais político refletindo os valores do movimento de moradia: *“então fizemos uma associação... e criamos um regulamento. (...) os regulamentos, dentro dos movimentos de moradia, eles são muito parecidos, né? (...) os princípios são os mesmos, né? Então: (...) de respeitar as pessoas, né? Respeitar as crianças, respeitar os idosos, de respeitar o coletivo* (Entrevista 1). Além disso, a assembleia é espaço privilegiado para discussões e decisões coletivas sobre a vida cotidiana do prédio e de seus moradores: *“tudo é decidido na assembleia. (...) Nada é feito individualmente”* (Entrevista 3)

A manutenção do prédio gera custos, como aqueles relativos ao contador, à portaria, ao pagamento de eletricidade (os relógios estão em nome da Associação), à aquisição de equipamentos de segurança contra incêndio etc. Para arcar com essas despesas, são levantadas contribuições, na forma de uma taxa mensal ou outras atividades que garantam renda, como um bazar: *“o bazar é pra arrecadar fundos pro movimento pra tá ajudando, tanto as ocupações”* (Entrevista 2).

Mas o bazar também tem um sentido comunitário, cumpre uma função social e solidária, servindo *“pra sustentar algumas coisas que falta, de luz, alguma coisa. E pras pessoas... Numa crise dessas, ninguém tem dinheiro”* (Entrevista 4). Essa noção de solidariedade se expressa na participação das atividades do movimento de moradia e nas ações de cuidado mútuo, afinal na ocupação o que se tem é *“cada um cuidando de si, mas todo mundo cuidando de todo mundo, ao mesmo tempo, entendeu?”* (Entrevista 4).

Enfim, é a natureza coletiva das atividades, influenciada pela formação de base (ato político) e a constante participação em ações do movimento social de moradia, que respalda a criação de práticas de longo prazo capazes de gerar e sustentar uma comunidade e novos comuns. Essa comunhão de obrigações e ações internas e externas que dá forças para o comprometimento e a união a partir dos quais surgem regras e validam-se as práticas coletivas e cotidianas que envolvem todo o grupo. Há nessa experiência de ocupação os três componentes que constituem os comuns: um prédio ocioso que não cumpria a função social; uma comunidade que comunga ideais políticos e uma forma de gestão cotidiana baseada em ações coletivas de cuidado orientadas como princípio político.

## Referências

BOLLIER, David. **The commons, Short and Sweet** [mídia digital]. 15/07/2011. Disponível em: <http://www.bollier.org/commons-short-and-sweet>. Acesso em: 18 out. 2024).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: Ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

IAIONE, Christian. The City as a Commons. In: **Yale Law & Policy Review**, v. 34, n° 2, p. 281-349, 2016.

MORETTI, Julia Azevedo. Os Bens Comuns Urbanos e a Contestação de um Modelo proprietário: uma Agenda de Pesquisa. In: **Propriedades em Transformação 2** : Expandindo. São Paulo: Editora Blucher, p. 162-187, 2021.

PRUIJT, Hans. (2013). The Logic of Urban Squatting. In: **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 37, n° 1, p.19-45, jan. 2013.





# AR TES

## quilombo saracura



Marcelo Aversa

Marcelo Aversa é poeta por res(ex)istência e por insistência, pesquisador e consultor em políticas de planejamento urbano, de saneamento básico e de meio ambiente. Sem raízes, nasceu em São Paulo em 1971.

A Res(ex)istência está na retomada da escrita poética entre a palavra e a imagem, o processo e o instante, a poesia e a antipoesia, a vida e a morte. A participação em cursos, como o “Poesia Expandida” da Casa das Rosas em 2019, e a veiculação da produção pelo instagram (@marverzza e @contra.stes.poeticos) vem alegrando uma antipoética no diálogo com amigos poetas e artistas.

Poema visual:

“quilombo saracura” (2024)

dedicado ao Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai

Crédito das imagens:

Imagem 1: G1/Globo: <https://shre.ink/gIJo>

Imagem 2: Instagram @salvesaracura : <https://shre.ink/gIOP>



ՃՈՆՄԻԻ

ՏՈՐՐԻ

ՔՐՐ



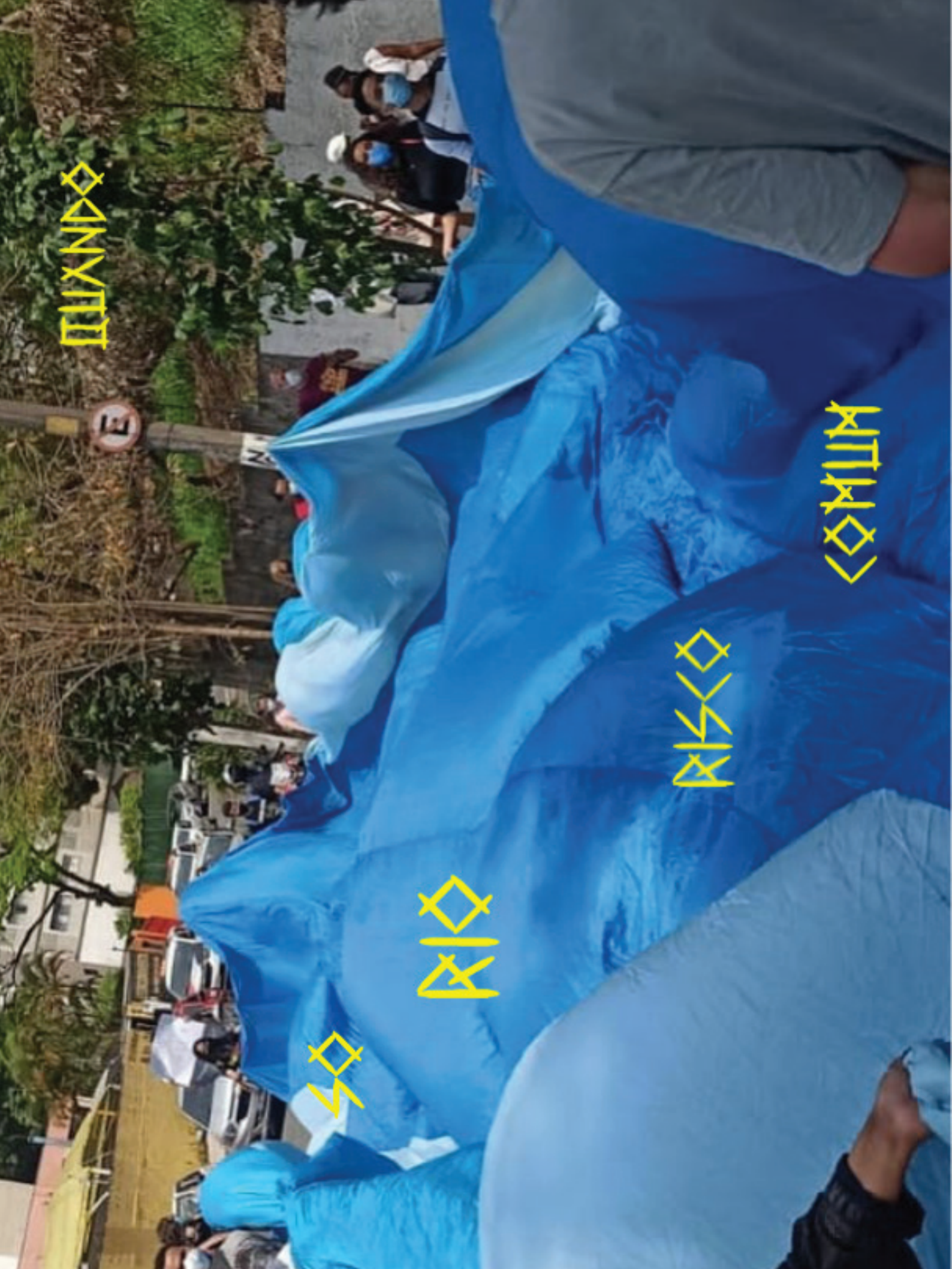
ՀԱՄԱԿՐՈՒԹՅԱՆ  
ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՄԱՐԿԵՏԻՆԳ

ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՄԱՐԿԵՏԻՆԳ

ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՄԱՐԿԵՏԻՆԳ

ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՄԱՐԿԵՏԻՆԳ

ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՎԵՐՄԵՆՈՒԹՅԱՆ  
ՄԱՐԿԵՏԻՆԳ



**ENTRE  
VISTAS**

### Entrevista com Dra. Iolanda Bianchi da Universidade Autônoma de Barcelona



Iolanda Bianchi

**Iolanda Bianchi** é socióloga urbana e política com doutorado em Ciência Política e em Planejamento Urbano. Trabalha na área de governança urbana, política e ação coletiva. A sua investigação centra-se na interação entre a ação pública e coletiva em escala urbana e examina como esta interação pode gerar governança, políticas e mudanças sociais para alcançar cidades mais justas, equitativas e democráticas. Para avançar o conhecimento neste debate, ela trabalha na encruzilhada dos comuns e da nova teoria do municipalismo. Iolanda Bianchi foi co-financiadora e gestora da organização sem fins lucrativos MettiamoSuBottega, Trani, Itália. Trabalhou como Arquitecta em Londres, Reino Unido, e Sevilha, Espanha, de 2010 a 2013. Atualmente é bolsista de pesquisa Ramón y Cajal na Universidade de Barcelona. Anteriormente, foi bolsista Marie Skłodowska-Curie na Universidade de Antuérpia e bolsista Juan de la Cierva na Universidade Autônoma de Barcelona.

**Vanessa Empinotti e Marcelo Aversa** Como a arquiteta e ativista se tornou uma intelectual dedicada à pesquisa dos comuns, especialmente aplicados ao contexto urbano?

**Iolanda Bianchi** Durante meus estudos de arquitetura na universidade, fiquei cada vez mais atraída pela dimensão social da disciplina. Percebi que não me interessava tanto pelos aspectos técnicos, mas por como a arquitetura poderia se tornar um instrumento de mudança eco-social. Como resultado, nos últimos anos de estudo, passei a me interessar mais pelo planejamento urbano e, em particular, pela regeneração urbana, vendo essa prática como uma forma de recuperar ambientes construídos existentes sem desperdiçar mais terrenos e, ao mesmo tempo, torná-los disponíveis para novas necessidades dentro de seus contextos.

Meu interesse por regeneração urbana me levou a explorar diferentes formas de regeneração de baixo para cima, em que a intervenção pública é iniciada e coordenada por organizações da sociedade civil formais

e informais. Junto com alguns colegas, realizei pequenos projetos de regeneração urbana de base em minha região natal, Puglia, na Itália, por meio da organização que fundamos, *MettiamosuBottega*.

Ao observar e praticar essas abordagens de regeneração, fiquei cada vez mais fascinada pela dimensão coletiva e pelas formas de auto-organização que se desenvolvem nesses processos. Infelizmente, na época, meus interesses não coincidiam com minha profissão. Eu trabalhava como arquiteta em Londres para uma empresa que alugava edifícios industriais em áreas carentes e os transformava em polos para o setor criativo da cidade. Isso também era regeneração urbana, mas de natureza especulativa, contribuindo para a gentrificação de áreas da cidade que realmente precisavam de um tipo diferente de intervenção. Então, em um determinado momento, decidi deixar meu emprego e fazer um doutorado para estudar essas práticas de auto-organização que tanto me interessavam e que, na minha opinião, poderiam contribuir para a transformação eco-social, enquadrando-as no conceito muito útil de bens comuns (*commons*).

**Vanessa e Marcelo** O estágio de doutorado de Rodrigo Paixão sob sua supervisão foi muito promissor, considerando que ambos têm interesses semelhantes no campo do planejamento urbano, combinando os comuns e a experiência política na esfera local. Quais foram as ideias preliminares a serem desenvolvidas durante essa colaboração?

**Iolanda** Infelizmente, devo admitir que minha supervisão da tese de doutorado de Rodrigo foi bastante breve, tendo tido a oportunidade de discutir sua pesquisa apenas algumas vezes—uma vez online antes de sua chegada a Barcelona e outra pessoalmente quando ele chegou. Portanto, não conseguimos desenvolver um plano de pesquisa abrangente, mas devo dizer que sua pesquisa me interessava enormemente.

Primeiro, porque combinava seu interesse pelo planejamento urbano com a dimensão política dos comuns, que também é uma característica importante da minha pesquisa—como as instituições públicas e o poder político podem reconhecer e valorizar formas de autogoverno por meio dos instrumentos regulatórios à sua disposição, sendo o planejamento urbano um dos mais importantes. Em segundo lugar, porque eu sempre achei sua pesquisa muito promissora. Os comuns já foram amplamente estudados, mas trabalhos comparativos ainda são mais escassos. Poder comparar dois casos de comuns, um em Barcelona—Can Batlló, e outro em Vinhedo—Fazenda Cachoeira, poderia trazer luz a muitos aspectos que frequentemente não consideramos, especialmente na literatura ocidental sobre os comuns. Esses aspectos poderiam incluir o papel da história colonial na formação das práticas dos comuns, a influência de diferentes abordagens culturais sobre a propriedade coletiva e como as perspectivas do Sul Global podem desafiar e enriquecer as teorias europeias tradicionais de gestão dos comuns.

Além disso, a comparação poderia revelar como diferentes contextos socioeconômicos afetam a relação entre instituições formais e sistemas de governança de base. Seria muito interessante acompanhar o desenvolvimento da tese de Rodrigo. Estou certa de que ela traria uma importante contribuição, não apenas cientificamente, mas também—e especialmente—em termos práticos e de políticas públicas.

**Vanessa e Marcelo** Em um de seus importantes artigos, o conceito de “instituições comum-estatais” é discutido por meio da análise de dois casos do novo municipalismo europeu, nos quais processos de mobilização social culminam na criação da “Água Comum de Nápoles”, na Itália, e do “Barcelona, Ciutatá Patrimoni”, na Espanha. Quais são alguns dos desafios em articular os fundamentos dos comuns com as práticas e instrumentos do planejamento estatal? Pode-se dizer que os movimentos sociais enfrentam tantos desafios na organização política frente ao neoliberalismo quanto enfrentam dentro das instituições dos comuns para alcançar seus próprios objetivos?

**Iolanda** O encontro entre os comuns e o Estado não é fácil nem direto. Para o Estado, reconhecer e apoiar os comuns requer vontade política e o uso de vários mecanismos de apoio—regulatórios, financeiros e logísticos—para fomentar essas práticas. O desafio para o Estado é apoiar essas práticas sem, como Ostrom observou e muitos neo-marxistas concordam, limitar a capacidade de autogestão dessas formas de organização. Esse é um desafio difícil para as autoridades públicas, dado seu viés em codificar e controlar formas de auto-organização social para fins políticos e eleitorais. Para os comuns, entrar em relação com o Estado significa desenvolver uma leitura estratégica da situação política, de forma a aproveitar momentos de fraqueza do Estado ou períodos em que há governos aliados para consolidar suas práticas, aprovar legislações, assegurar recursos e obter reconhecimento de todos os níveis de governo. Tudo isso sem perder sua capacidade transformadora. Esse é um desafio difícil para os comuns, dado que, historicamente, as relações com o Estado frequentemente levaram a formas de cooptação ou domesticação da capacidade transformadora de várias formas de auto-organização e mobilização.

Não estou certa de que esses desafios sejam maiores do que os de se organizar contra o neoliberalismo, especialmente porque o neoliberalismo, ao contrário do liberalismo clássico, foi implementado com amplo apoio das instituições públicas. No entanto, são desafios necessários a enfrentar, porque acredito que, sem o apoio das instituições democráticas, incluindo o Estado, o trabalho dos comuns não pode levar a uma transformação eco-social eficaz e duradoura. As experiências de Barcelona e Nápoles, embora longe de serem perfeitas e com considerável margem para melhorias, mostram como esses desafios podem ser enfrentados e destacam a escala local como um ponto-chave para essa transformação.



**Vanessa e Marcelo** Sobre as perspectivas da agenda de pesquisa dos comuns: Qual é o futuro da aplicação dos comuns nas práticas de planejamento e gestão urbana? Os comuns podem ser considerados um dos novos caminhos para a promoção de uma cidade mais justa? Nossa sociedade está preparada para os comuns?

**Iolanda** Sim, acredito que os comuns são uma forma de organização que pode promover uma cidade mais justa. No entanto, como disse anteriormente, acredito firmemente que a ação dos comuns deve ser combinada com a ação pública na mesma direção. Assim como o Estado sozinho, sem o impulso da mobilização social progressista, pode derivar para práticas conservadoras, neoliberais ou autoritárias, os comuns sozinhos podem derivar para formas de fechamento social e cultural que exacerbam a segregação urbana e as desigualdades sociais. É por isso que acredito que o caminho a seguir é construir instituições comum-estatais, ou o que tem sido chamado de parcerias público-comuns. Essa relação mútua exige linhas claras de responsabilidade: assim como o estado deve prestar contas aos seus cidadãos, os comuns—especialmente aqueles que buscam cumprir funções públicas (como a prestação de serviços públicos)—devem prestar contas ao Estado.

Infelizmente, penso que nossa sociedade, pelo menos a ocidental, ainda não está pronta para os comuns e para as parcerias público-comuns. Muito trabalho precisa ser feito para criar espaço para essas formas de organização sob uma perspectiva regulatória, financeira e outras. No entanto, a luta para libertar os comuns de seu eclipse pelo binômio estado-mercado no século XX já começou e não dá sinais de retrocesso. O caminho adiante exigirá uma navegação cuidadosa tanto de estruturas institucionais quanto de iniciativas de base para criar um futuro urbano mais equitativo, no qual os comuns, e especialmente as parcerias público-comuns, tenham mais espaço para florescer.



### Entrevista com Luiz Vieira, vereador na Câmara Municipal de Vinhedo



Luiz Henrique Vieira da Silva

**Luiz Henrique Vieira da Silva** é atualmente vereador de Vinhedo pela Rede Sustentabilidade, reeleito com 2.960 votos nas eleições de 2024. Luiz Vieira assumiu inicialmente a posição de seu amigo Rodrigo Paixão, em junho de 2021, em virtude do tratamento médico. Foi Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo de Vinhedo em 2021. É bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela USP, mestre em Sustentabilidade pela PUC-Campinas e doutorando em Ambiente e Sociedade pela UNICAMP. Suas pesquisas e docência abordam os principais temas da transição ecológica, como "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", "Agenda 2030" e "governança climática" e "o papel das cidades na emergência climática".

**Vanessa Empinotti e Marcelo Aversa** Como o Senhor conheceu Rodrigo Paixão? Em outras palavras, como sua história política encontrou a história de Rodrigo Paixão?

**Luiz Henrique Vieira da Silva** Meu primeiro contato direto com o saudoso Rodrigo Paixão foi em um evento de formação política, em 2015, quando ele e outras lideranças de Vinhedo pautaram discussões importantes sobre planejamento urbano e acesso a serviços, junto à comunidade. Porém, antes disso, já acompanhava seu trabalho e admirava sua trajetória. Em 2020, na iminência dos preparativos para as eleições municipais daquele ano, quando participava do Coletivo Consulta Pública, em uma reunião deste grupo com ele, fiz um pedido muito especial: que estivéssemos juntos no mesmo partido. A migração aconteceu, e muitas pessoas com o mesmo interesse público também se organizaram nessa empreitada, que resultou na eleição do Rodrigo como o mais votado daquele pleito e na eleição de nossa correligionária,

Nayla, com votação muito expressiva. Como primeiro suplente do grupo, fui chamado, por indicação técnica do grupo, a ocupar a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Vinhedo, e o Rodrigo construiu de forma inteligente e honesta a sua eleição, conquistando o voto da maioria dos vereadores, para Presidente da Câmara. Nesse cenário, fortalecemos nossa parceria e aprendi muito com ele na maneira de atuar na administração pública e na forma de ser, no dia a dia. Rodrigo sempre foi íntegro, determinado, incansável e visionário, e em 14 de junho de 2021 se afastou do mandato, dando posse a mim em seu lugar como seu último ato institucional. Foi uma das últimas vezes que tive a alegria de vê-lo pessoalmente, mas depois disso continuamos conversando e interagindo até os últimos dias de sua vida.

**Vanessa e Marcelo** Rodrigo Paixão estava em seu terceiro mandato consecutivo iniciado em 2013 e deixou o registro de 1521 proposições na vereança de Vinhedo. Deste conjunto de proposições, quais seriam as principais ações do Vereador Rodrigo Paixão, que poderíamos compreender como legado de sua vida política na cidade e na região?

**Luiz Henrique** Rodrigo sempre foi uma referência e continua sendo um nome que supera qualquer questão partidária ou ideológica, pois sempre foi tido como parâmetro por todos os atores políticos da cidade e pelos eleitores, que tinham nele um político que trabalhava todos os dias para honrar seus votos. Sua forma de fazer política, pautando exclusivamente aquilo que era de interesse público, contribuiu para que ele se tornasse um nome (re)conhecido e exemplar. Deixou como legados a luta pela criação do Parque Fazenda Cachoeira e a APA Serra dos Cocais, incontáveis contribuições para a defesa do meio ambiente, centenas de trabalhos de fiscalização e combate à corrupção, a recuperação de páginas perdidas da história de Vinhedo, e uma intensa atividade em favor do fortalecimento do Poder Legislativo municipal, não como “anexo” do Executivo, mas como uma instituição próxima da população e, ao mesmo tempo, independente para fiscalizar e propor.

**Vanessa e Marcelo** Quais foram as principais lutas políticas e desafios enfrentados por Rodrigo Paixão em defesa do uso comum da Fazenda Cachoeira pela população do município?

**Luiz Henrique** Rodrigo foi um pioneiro nessa luta e um de seus principais expoentes, junto a outros poucos políticos da cidade e, especialmente, à população, que fortaleceu essa ideia. Enfrentou interesses gigantescos, sobretudo pela especulação imobiliária que até hoje envolve área, endossado por entes internos e externos à própria Fazenda, sendo eles públicos ou privados. Ainda assim, por sua competência e persistência, ao compilar centenas de documentos, estudar os caminhos legais para isso e fomentar o debate público sobre esse assunto, dando legitimidade ao mesmo, abriu uma valiosa janela de oportunidade para que mantenhemos viva a luta pela criação do Parque Fazenda Cachoeira como um parque ecológico e público, com preservação ambiental, histórica e arquitetônica, recuperação de nascentes e Áreas de Preservação Permanente, e uso social, acessível, democrático e cultural, devolvendo esse genuíno patrimônio ao povo vinhedense. Que abram a porteira da Fazenda Cachoeira!

**Vanessa e Marcelo** Gostaríamos deixar esta quarta pergunta como um espaço livre para sua análise da vida política de Rodrigo Paixão na cidade e região de Vinhedo.

**Luiz Henrique** Rodrigo foi um democrata, com espírito público e vontade de Constituição. Além da dimensão política, foi também um intelectual ímpar na história de Vinhedo. Seus estudos pioneiros revelaram partes esquecidas da linha do tempo de nosso município.

Quando assumi a missão de continuar seu trabalho como suplente de vereador, seria por apenas algumas semanas, talvez por alguns meses. O tratamento de saúde parecia promissor e a minha fé de que Rodrigo retornaria assim que pudesse nunca se enfraqueceu, nem sequer por um segundo. Mas, infelizmente, não foi possível continuar essa batalha. Não por sua desistência, ou por fraqueza, pois Rodrigo sempre persistiu, mas apenas por não ser mais humanamente possível.

O legado de Rodrigo Paixão é gigante, à altura do ser humano e da figura pública que ele foi. Por isso, a luta do Rodrigo não pode acabar. Pelo contrário, ela tem todas as condições de prosperar e de gerar ainda mais frutos do que aqueles já deixados por nosso amigo a este município. Mas, para que consigamos avançar na defesa daquilo que ele sempre acreditou, precisamos de ação.

Ele poderia ter desistido a qualquer momento. Poderia ter abandonado a vida insalubre na política institucional, em lutas contra interesses gigantescos, para ter se dedicado exclusivamente à sua vida pessoal e às suas aspirações mais particulares. Viver sem preocupações, apenas aproveitando aquilo que ele já havia conquistado fruto de muito trabalho e dedicação. Mas não foi assim.

Mesmo fazendo muito, ele queria fazer ainda mais. Esse é um ato de bravura, uma decisão consciente de abandonar parte daquilo que te faz pessoalmente feliz para encontrar a felicidade no bem coletivo. Um testemunho maravilhoso de uma pessoa que viveu e conviveu conosco e que deixou essa lição por meio de suas ações e de suas escolhas.

Muitas vezes perseguido, mas nunca intimidado. Muitas vezes atacado, mas nunca partiu para revidar. E, ainda mais vezes: aclamado e reconhecido por sua fibra e sua vontade de continuar.

Faço uma citação dele próprio, que está em seu livro *Vinhedo: das aldeias indígenas aos condomínios fechados*: “É o momento de cuidar da nossa Casa Comum, que tem jardins, praças, água, bichinhos, parques, ruas que são de todos. Tem também os bens imateriais, o patrimônio histórico e cultural, as tradições italianas, suíças, portuguesas, espanholas, alemãs, indígenas, negras e tantas outras que constroem o nosso imaginário coletivo. Vinhedo já tem muitos muros. Agora precisa centrar esforços na edificação de pontes entre as pessoas.”

É nesta citação que a pessoa Rodrigo José Paixão e o político, acadêmico e intelectual Rodrigo Paixão se encontram. Este é o luzeiro que brilha para nos orientar, e, manter viva a chama para seguirmos sua caminhada, na resistência pelos ideais que ele tanto batalhou para preservar. Rodrigo Paixão, presente!



## editores

### PEDRO ROBERTO JACOBI

Professor Titular Senior do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/IEE/USP). Coordenador do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA) e editor da Revista Ambiente e Sociedade. Presidente do Conselho do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade – América do Sul. Coordenador de sub-projeto de pesquisa no InCLINE.

### LUCIANA TRAVASSOS

Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC), no Bacharelado em Planejamento Territorial e na Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território. Pesquisadora do LaPlan. É arquiteta urbanista (FAU-USP) e doutora em Ciência Ambiental (PROCAM-USP).

### PAULO DE ALMEIDA SINISGALLI

Professor Associado da Universidade de São Paulo. Graduado em Engenharia Civil e Sanitária pelo Instituto Mauá de Tecnologia, é mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM-USP, doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP, pós-doutor pela Universidade de Wageningen e livre docente pela USP. Possui pós-graduação pela Universidade Técnica de Dresden - Alemanha. É docente nos programas de pós-graduação em Ciência Ambiental e Modelagem de Sistemas Complexos, na USP. Atua nas áreas de Economia Ecológica e Gestão de Recursos Hídricos.

### SANDRA MOMM

Professora associada da Universidade Federal do ABC, no Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento e Gestão do Território e no Global SPRING Network, rede de parceiros do mestrado internacional. Atua no campo do planejamento territorial com interface com mudanças climáticas, recursos hídricos, áreas protegidas. Atualmente interessada em temas relacionados com teorias, sistemas e práticas de planejamento, gênero e planejamento, transições e soluções baseadas na natureza e análises comparativas. É arquiteta urbanista (UFSC), mestre em Eng. Ambiental (FURB), doutora pelo PROCAM-USP e pós-doutora pela Technical University of Dortmund - Alemanha (2019).

### SILVANA ZIONI

Professora Associada no Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC), atua nos Bacharelados de Ciências e Humanidades e de Planejamento Territorial e, também, no programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), Mestrado em Estruturas Espaciais Urbanas (USP) e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de São Paulo (USP). Foi também professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem experiência na área de Urbanismo, Planejamento Territorial, Regional e Urbano, Gestão Urbana e Ambiental, Transporte e Mobilidade Urbana.

### ANDRÉ PASTI

Professor de Planejamento Territorial e Ciências Humanas na UFABC. Doutor em Geografia Humana pela USP, geógrafo e mestre em Geografia pela Unicamp. Integrante do Intervezes. Participa da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits). Lidera o TERRITORIAL – Grupo de Pesquisa Território Praticado, Conjuntura e Tecnopolítica na América Latina. É pesquisador associado do CEFAVELA - Centro de Estudos da Favela.

## editores assistentes

### IGOR MATHEUS SANTANA-CHAVES

É Arquiteto e Urbanista, Mestre e Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. É pesquisador do Laboratório de Planejamento Territorial (LabPlan). Foi pesquisador do temático MacroAmb (FAPESP), Pesquisador Colaborador do Projeto GovernÁgua - SARAS Institute - Inter-American Institute for Global Change Research.

### LYVIA FISHER

Mestranda em Planejamento e Gestão do Território (PGT) na UFABC, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - CAPES, graduada em Engenharia Ambiental e Urbana pela mesma universidade. Compõe o grupo de pesquisa que avalia o Impacto da COVID-19 nos modos de vida, mobilidade e acessibilidade dos grupos marginalizados (ICOLMA) no âmbito do PGT/UFABC, em parceria com os departamentos de planejamento territorial das Universidades de Cape Town, na África do Sul e Universidade de TU Dortmund, na Alemanha.

### NATÁLIA TEIXEIRA NEVES

Graduada em Ciências Biológicas e Ciência e Tecnologia pela UFABC. Realiza iniciação científica com macroalgas: catalogação e identificação de espécies do litoral de São Paulo. É integrante do Movimento de Mulheres Olga Benário da UFABC.

### MARCELO AVERSA

Desenvolve pesquisas em análise de políticas ambientais e de saneamento básico, dentro da área de planejamento urbano regional e de políticas públicas, com foco nos processos de macrometropolização da água, pelas perspectivas teóricas do Institucionalismo Histórico, da Ecologia Política e da Análise Crítico Discursiva Foucaultiana. É pós-doutorando do Programa de Ciências Ambientais do Instituto de Energia e Meio Ambiente da Universidade de São Paulo. É formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialista em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mestre e doutor em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC.

### BEATRIZ MILZ

É pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. Realizou a graduação em Gestão Ambiental na Universidade de São Paulo (SP) (2015), mestrado em Análise Ambiental Integrada na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)/ Diadema (2018), e Doutorado em Ciência Ambiental na USP (2024). É natural de Diadema-SP. Atualmente faz parte do projeto de pesquisa "ICOLMA": Impacto da COVID-19 no modo de vida, mobilidade e acessibilidade dos grupos marginalizados, que inclui pesquisadoras do Brasil, Alemanha e África do Sul, e tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

### VALERIANA AUGUSTA BROETTO

Advogada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com mestrado em Direito Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) e especialização na mesma área pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde. Doutoranda em Ciência Ambiental pelo Instituto de Energia e Ambiente da USP e pesquisadora da Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais (RESAMA).

## diagramação

### MARINA RAGO MOREIRA

Arquiteta Urbanista pela Universidade de São Paulo (USP) e mestra em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Faz parte do grupo de pesquisa Ecologia Política, Planejamento e Território (eco.t) e do Laboratório Justiça Territorial (LabJuta).

# QUEM FEZ ESSA EDIÇÃO?



## editores convidados

### MARCELO AVERSA

Marcelo Aversa desenvolve pesquisas em análise de políticas ambientais e de saneamento básico, dentro da área de planejamento urbano regional e de políticas públicas, com foco nos processos de macrometropolização da água, pelas perspectivas teóricas do Institucionalismo Histórico, da Ecologia Política e da Análise Crítico Discursiva Foucaultiana. É pós doutorando do Programa de Ciências Ambientais do Instituto de Energia e Meio Ambiente da Universidade de São Paulo. É formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialista em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mestre e doutor em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC.

### VANESSA LUCENA EMPINOTTI

Engenheira agrônoma graduada pela UFPR, mestre em Ciência dos Solos pela UFRGS e doutora em Geografia, com especialização em Desenvolvimento Sustentável pela University of Colorado – Boulder - EUA. Professora adjunta do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território na UFABC. Pesquisadora do laboratório LabJuta – Laboratório de Justiça Territorial e coordenadora do Grupo de Pesquisa eco.t – Ecologia Política, Território e Planejamento. Sua pesquisa se concentra nas áreas de governança socioambiental, com foco em insegurança hídrica, gênero, relações entre o rural e o urbano e planejamento territorial a partir da perspectiva da Ecologia Política

## autores

### ANDRÉ PASTI

André Pasti é Professor de Planejamento Territorial e Ciências Humanas na UFABC. Doutor em Geografia Humana pela USP, geógrafo e mestre em Geografia pela Unicamp. Integrante do Interozoes. Participa da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits). Lidera o TERRITORIAL – Grupo de Pesquisa Território Praticado, Conjuntura e Tecnopolítica na América Latina. É pesquisador associado do CEFAVELA - Centro de Estudos da Favela.

### CAMILA JORGE HADDAD

Camila Jorge Haddad é Mestre em Ciência Ambiental pelo IEE-USP. Possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (2008) e MSc em Environment and Sustainable Development na University College London (2011). De 2008 a 2012, foi pesquisadora nos temas consumo sustentável e mudanças climáticas, no Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGV), e em 2011 no tema economia verde, em estágio na Green Economy Coalition do International Institute for Environment and Development (IIED). É pesquisadora do comum e ativista do bem-viver.

### CLAUDIA ALEXANDRE

Claudia Alexandre é jornalista, comunicadora de rádio/TV e escritora. É Doutora e Mestre em Ciência da Religião (PUC-SP). Pós-doutoranda em Antropologia (FFLCH-USP). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (FMU/FIAM). Vencedora Prêmio Jabuti Acadêmico 2024, na categoria Ciências da Religião e Teologia, da Câmara Brasileira do Livro, com a obra Exu-Mulher e o Matriarcado Nagô (Editora Aruanda). Especialista e Comentarista do Carnaval de São Paulo, integrou a equipe de transmissão da TV Cultura em 2022, 2023 e 2024).

### CLAUDIO LUIS DE CAMARGO PENTEADO

Claudio Luis de Camargo Penteado é Professor Titular da UFABC. Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP. Pesquisador do Laboratório de Tecnologias Livres da UFABC; pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUCSP. Pesquisador do INCT de Democracia Digital.

### CRIS FERNÁNDEZ ANDRADA

Cris Fernández Andrada é Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Concluiu pós-doutorado na mesma área e instituição com apoio Fapesp. Tem experiência com os temas trabalho, economia solidária, gênero e movimentos sociais de resistência. É docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, junto ao Departamento de Psicologia Social.

### DENISE GONÇALVES PAIXÃO

Denise Gonçalves Paixão é jornalista, trabalha com mídias sociais e advogada com especialização em Direito Público.

### IOLANDA BIANCHI

Iolanda Bianchi é socióloga urbana e política com doutorado em Ciência Política e em Planejamento Urbano. Trabalha na área de governança urbana, política e ação coletiva. A sua investigação centra-se na interação entre a ação pública e coletiva em escala urbana e examina como esta interação pode gerar governança, políticas e mudanças sociais para alcançar cidades mais justas, equitativas e democráticas. Para avançar o conhecimento neste debate, ela trabalha na encruzilhada dos comuns e da nova teoria do municipalismo. Iolanda Bianchi foi co-financiadora e gestora da organização sem fins lucrativos MettiamoSuBottega, Trani, Itália. Trabalhou como Arquiteta em Londres, Reino Unido, e Sevilha, Espanha, de 2010 a 2013. Atualmente é bolsista de pesquisa Ramón y Cajal na Universidade de Barcelona. Anteriormente, foi bolsista Marie Skłodowska-Curie na Universidade de Antuérpia e bolsista Juan de la Cierva na Universidade Autônoma de Barcelona.

### JOÃO TONUCCI

João Tonucci é Professor de Economia Regional e Urbana no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG). Ele é bacharel em Ciências Econômicas (UFMG), mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP) e doutor em Geografia (UFMG). Realizou pós-doutorado no Center for Urban Studies da University of Amsterdam (CUS/UVA) e foi pesquisador visitante do City Institute da York University (CITY). É líder do Laboratório de Estudos sobre Terra, Moradia e Urbanização (TerraUrb), co-coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária (Colmeia), e pesquisador do Núcleo RMBH do INCT Observatório das Metrôpoles e do INCT Produção da Casa e da Cidade.

### JOSÉ AGNALDO GOMES

José Agnaldo Gomes é psicólogo, doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo - USP - e docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Experiência na área de Psicologia do Trabalho, com ênfase em Desenvolvimento Social e Saúde do Trabalhador, atuando principalmente nos seguintes temas: participação social, organização social, políticas públicas, pessoas em situação de rua e organização política, cortadores de cana-de-açúcar, qualidade de vida no trabalho e desenvolvimento solidário.

### JULIA AZEVEDO MORETTI

Julia Azevedo Moretti é Professora de Direito na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (FD/USP), mestre em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Londres (Development Planning Unit - DPU/UCL). Atuação em projetos de sustentabilidade com impacto social que aliam conhecimento jurídico a processos multissetoriais orientados por práticas participativas.

### LETICIA COSTA DE OLIVEIRA SANTOS

Leticia Costa de Oliveira Santos pesquisa comuns urbanos e territorialidades a partir de relações de cuidado, observando hortas comunitárias (peri) urbanas de movimentos populares de moradia. É Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território, Mestra em Tecnologia e Sociedade, e Paisagista e Urbanista, atuando nas agendas de pesquisa de CTS e Ecologias Políticas. Integra o Laboratório Justiça Territorial - LabJUTA, o Grupo de Pesquisa em Ecologia Política, Planejamento e Território - eco.t e a Early Career Network da International Association for the Study of the Commons (ECN-IASC).

### LUIZ HENRIQUE VIEIRA DA SILVA

Luiz Henrique Vieira da Silva é atualmente vereador de Vinhedo pela Rede Sustentabilidade, reeleito com 2.960 votos nas eleições de 2024. Luiz Vieira assumiu inicialmente a posição de seu amigo Rodrigo Paixão, em junho de 2021, em virtude do tratamento médico. Foi Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo de Vinhedo em 2021. É bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela USP, mestre em Sustentabilidade pela PUC-Campinas e doutorando em Ambiente e Sociedade pela UNICAMP. Suas pesquisas e docência abordam os principais temas da transição ecológica, como "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", "Agenda 2030" e "governança climática" e "o papel das cidades na emergência climática".

### MARY JANE PARIS SPINK

Mary Jane Paris Spink é Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisadora sênior do CNPq (PQ Sr 2021). É autora/ organizadora de vários livros, sendo os mais recentes: A Produção de Informação na Pesquisa Social (2014); Viver em Áreas de Risco (2018), Covid-19: versões da pandemia na mídia, (2020) e Espaços Habitados e Práticas de morar (2022).

### MIGUEL SAID VIEIRA

Miguel Said Vieira é professor na UFABC, onde atua nos cursos de Políticas Públicas e Ciências e Humanidades, e no Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas. Formado em Editoração e em Filosofia (USP), com especialização em Gestão da Propriedade Intelectual (UBV) e doutorado em Educação (USP), sua pesquisa e docência abordam relações entre conhecimento, educação, tecnologia, colaboração e mercantilização, com interesse especial pelo tema dos comuns (incluindo abordagens teóricas, e práticas específicas como REA, software livre e acesso aberto).

### NATÁLIA LOBO

Natália Lobo é agroecóloga, mestra em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, parte da equipe técnica da SOF e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

#### **NEWTON MASSAFUMI YAMATO**

Newton Massafumi Yamato possui Graduação e Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É Professor de Urbanismo e dirigente da Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo desde 2002. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com diversos prêmios nacionais, sendo um deles o Projeto Grota do Bexiga – Bela Vista, com a Proposta Microárea de Proteção Ambiental, pelo Concurso Nacional “Ensaio Urbano: desenhos para o zoneamento de São Paulo” (2014).

#### **RENATA REIS**

Renata Reis é Assistente Social, parte da equipe técnica da SOF e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

#### **RODRIGO SVAZONI**

Rodrigo Savazoni, Jundiaí (1980), é escritor e gestor de iniciativas sociais. Formando em comunicação social pela Faculdade Cásper Líbero (2001), realizou seu mestrado (2013) e doutorado (2023) na Universidade Federal do ABC, na pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais. Liderou iniciativas de Comunicação Pública e colaborou com os principais veículos da imprensa alternativa. Fundou o Coletivo Intervezes, a Casa da Cultura Digital, o Instituto Procomum e mais recentemente a Casa Comum, espaço coletivo de trabalho de articulação política democrática em Brasília (DF). É autor de inúmeros livros, publicados no Brasil e no exterior, o último deles “O Comum na Encruzilhada” (2024).

#### **SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA**

Sérgio Amadeu da Silveira é professor associado da UFABC. Doutor em Ciência Política (USP). Membro do Conselho Científico da ABCiber. Pesquisador-produtividade CNPq-2. Foi membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

#### **TATIANA ROTONDARO**

Tatiana Rotondaro é Professora no Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP), e no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, nesta mesma universidade (PROCAM/IEE/USP).

REALIZAÇÃO

